**Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública**

**Violência aprisionada: Contradições e desafios na
atividade de reintegração de adolescentes em
conflito com a lei**

Luciana Pena Morgado

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-graduação em Saúde Pública
da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em
Ciências.

Área de Concentração: Saúde
Ambiental

Orientador: Prof. Dr. Rodolfo Andrade
de Gouveia Vilela

**São Paulo
2018**

Violência aprisionada: Contradições e desafios na atividade de reintegração de adolescentes em conflito com a lei

Luciana Pena Morgado

Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em Saúde Pública da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Saúde Ambiental

Orientador: Prof. Dr. Rodolfo Andrade de Gouveia Vilela

**Versão Revisada
São Paulo
2018**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada à fonte.

Este trabalho é dedicado a todos os trabalhadores, trabalhadoras e adolescentes da Fundação Casa. Aos atores sociais que lutam diariamente por alternativas ao encarceramento em massa no país. Máximo respeito!

Frestras invadem janelas;
Ruídos, sistemas, celas;
Risadas, amarelas;
Um reflexo, uma luz que não reverbera;
Fardas são singelas e a mente não oxigena;
Faltam palavras, trocas, telas, poemas;
Existem almas sinceras que clamam por atenção;
Existem almas que precisam dar e receber perdão;
Uma pausa do mundo...seres confusos, exclusivos;
Sentimentos;
Sentir medo;
Sentimos tudo;
Ações e reações por impulse;
Resgatar....mentes em desuso;
Meninos laririntos;
Menores em idade;
Maiores descaminhos;
Querer seguir adiante, mas como ultrapassar o abismo?
Na falta de conhecimento, improvisado;
Na sobra de tantos conselhos, corro o risco;
O estudo é a arma de tiro certo;
Mas a ignorância fez seu trabalho desde cedo;
Veja bem: não querer bancar o esperto vai te manter mais perto de quem lhe guarda dentro do peito;
Deixe que as palavras pétalas que saem de mim sirvam de semente e rascunho para o teu jardim;
Observe e absorva tudo que lhe rodeia;
E lembre-se: coração de mãe grande é grande sim, mas não cabe na cadeia

Mel Duarte¹

¹ Mel Duarte é poeta. O poema foi declamado na Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP), em 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_S_RYKZqcG4&t=193s. Último acesso em: 02/05/2018.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, irmã e sobrinhos pelo acolhimento primeiro na vida e por acreditarem no meu potencial, incentivarem minhas escolhas, e por me aconselharem a aprender com os erros.

Ao Rodolfo Andrade de Gouveia Vilela pelas trocas e disponibilidade, em especial por me acompanhar no trabalho de campo sempre que possível. Mais que um orientador, um parceiro que assistiu de perto todas as conquistas e adversidades durante a pesquisa. Obrigada pela confiança, Professor!

Ao Professor Marco Querol agradeço pelas conversas sobre a pesquisa desde o início. Certamente suas contribuições ampliaram a percepção sobre as hipóteses e possibilidades para aplicação do método. Obrigada, Marco!

A Mara Takahashi, madrinha da pesquisa, sou grata pelo companheirismo no campo e na escrita. Sem palavras para sua humildade e disponibilidade, Mara!

Aos professores que integram o grupo Pesquisat agradeço pela recepção no grupo e ensinamentos nas aulas ministradas: Frida Marina Fischer, Idelberto Muniz de Almeida, José Marçal Jackson Filho, Sayuri Tanaka Maeda e Sandra Gemma. Aos “pesquisateiros” e “ceresteiros” agradeço pelo acolhimento e compromisso em ajudar os mais novos de equipe: Amanda Macaia, Manoela Lopes, Sandra Beltran, Suzana Costa, Guilherme Santos, Marcos Hister, Alessandro Nunes e Paulo Montanher.

Aos Professores Thais Helena Barreiras e Gilmar Trivelato agradeço pelas problematizações provocadas nas aulas que cursei na Fundacentro e interesse em agregar na pesquisa.

A Andrea Luz e William Alves mais que agradeço pela parceria nas idas a campo. A companhia de vocês foi muito importante para ampliar minha visão sobre o “problema” a ser pesquisado. Obrigada, companheiros!

A Ana Yara Paulino agradeço pela parceria desde os tempos de Dieese. Companheira para todas as horas, sempre solicita e muito carinhosa. Obrigada pela revisão atenciosa e por compartilhar momentos acadêmicos e de vida.

Aos companheiros que conheci na trajetória profissional quando estive no Dieese agradeço pelas trocas sobre o fantástico mundo do trabalho e por acreditarem no meu interesse no campo da saúde dos trabalhadores: Ana Claudia Moreira Cardoso, Claudia Rejane de Lima, Reginaldo Muniz Barreto, Vera Gebrim, Luis Ribeiro, Olavo Costa e Nelson Karam. Obrigada pela transmissão de conhecimento e por recomendarem pessoas e caminhos que sigo até hoje.

Aos professores e amigos da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo agradeço pelos ensinamentos na graduação e incentivo para realização de trabalhos de campo. As descobertas nesta Escola condicionaram uma visão privilegiada sobre as relações sociais e dilemas pessoais.

Ao Luis Paulo Rodrigues agradeço pelo carinho, amizade e por compartilhar suas experiências de vida relacionadas à pesquisa nem sempre agradáveis.

A querida amiga Natalia Negretti, referência acadêmica e de vida, agradeço pelos papos sobre a pesquisa e por estar presente na caminhada. Sempre solicita e amorosa não deixa esquecer que erros e acertos constituem nossa trajetória. Obrigada, amiga!

Ao Alain Gerino agradeço pela transmissão de confiança até nos momentos ruins de sua vida. Que nossa amizade desde a graduação continue sempre sincera, permeada por trocas intelectuais e de vida. Força, amigo!

As amigas na Universidade agradeço por compartilharmos nossos momentos acadêmicos e momentos de descontração. Impagáveis! Marcelo Pexe, Flavia, Tiago Noel e Paula Siqueira, estamos juntos!

Ao Professor Rafael Godoi agradeço pelo aceite em compor a banca, sugestões para potencializar a dissertação e trocas proporcionadas nas discussões do Núcleo de Estudos da Violência – NEV e Laboratório de Pesquisa Social – LAPS.

Ao procurador Dr Silvio Beltramelli agradeço pela confiança e por viabilizar o campo de pesquisa. Que sua visão para resolução de conflitos inspire outros companheiros e companheiras do Ministério Público do Trabalho.

A Dra Elisa Camuzzo sou grata por compartilhar o olhar da Procuradoria da Infância e Juventude mostrando as dificuldades e desafios para com a reintegração dos adolescentes em conflito com a lei.

Aos trabalhadores e trabalhadoras da Fundação Casa agradeço pela solidariedade com a pesquisa e disposição para conversas, desabafos e dúvidas. A Cleide Pessoa agradeço por viabilizar a permanência em campo e solidariedade.

A Universidade de São Paulo agradeço pelo apoio acadêmico e logístico, em especial os profissionais que trabalham no transporte e Maria do Carmo, agradeço pela companhia nos trabalhos de campo e conversas na Universidade. A Capes e Fapesp sou grata pelo financiamento em todas as etapas do mestrado.

MORGADO, L.P. **Violência aprisionada:** Contradições e desafios na atividade de reintegração de adolescentes em conflito com a Lei. [Dissertação de Mestrado] Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

RESUMO

No Brasil, as políticas públicas para reintegração de adolescentes em conflito com a lei enfrentam desafios para sua efetividade. Desde o surgimento das primeiras instituições de acolhimento para crianças e adolescentes abandonados e em conflito com a lei, práticas para contenção dessa população foram priorizadas em detrimento de instrumentos que despertassem a crítica para formação desses cidadãos. O objetivo da dissertação foi analisar o histórico dessas instituições para elucidar as contradições deste Sistema de Atividade que impede a concretização de um projeto socioeducativo para os meninos e meninas internados na Fundação Casa. Foi realizada coleta de dados etnográficos, por meio de entrevistas, observação participante, combinada com consulta em artigos, teses, dissertações, literatura e filmes sobre o histórico institucional e seu funcionamento na atualidade. Utilizando conceitos da Teoria da Atividade Histórico Cultural foi realizada análise histórica para evidenciar contradições em três momentos distintos: surgimento dos reformatórios, criação da Fundação do Bem Estar do Menor e transição para a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo. A análise mostrou o desenvolvimento institucional passando da proposta de contenção para um modelo socioeducativo. Entretanto, as práticas disciplinares para contenção dos internos não foram totalmente extintas causando distúrbios e anomalias no Sistema de Atividade. Aventa-se a hipótese da existência de um objeto em disputa evidenciando suas contradições nos e entre os elementos do Sistema. Para que ocorram mudanças que acompanhem a proposta socioeducativa, é preciso uma expansão conceitual do objeto pela instituição, de modo que ele seja compartilhado pelos diferentes profissionais envolvidos na atividade, orientando ações articuladas voltadas para atenderem à demanda social atual. Para tanto se propõe o Laboratório de Mudança (LM), método de intervenção formativa com potencial de reunir os atores para construção de soluções inovadoras e experimentação de práticas baseadas em novas relações de trabalho.

Palavras - chave: Teoria da Atividade, Laboratório de Mudanças, Fundação CASA, Saúde do Trabalhador, adolescente institucionalizado.

MORGADO, L.P. **Imprisoned violence:** Contradictions and challenges in the reintegration activity of adolescents in conflict with the law. [Dissertation] College of Public Health, University of São Paulo, 2018.

ABSTRACT

In Brazil, public policies for the reintegration of adolescents in conflict with the law face challenges to their effectiveness. Since the emergence of the first shelter institutions for children and adolescents abandoned and in conflict with the law, practices to contain this population have been prioritized to the detriment of instruments that provoke criticism for the formation of these citizens. The purpose of the dissertation was to analyze the history of these institutions to elucidate the contradictions of this Activity System that prevents the implementation of a socio-educational project for boys and girls admitted to the Casa Foundation. Ethnographic data collection was carried out, through interviews, participant observation, combined with consultation on articles, theses, dissertations, literature and films about the institutional history and its current functioning. Using concepts from the Historical Cultural Activity Theory, a historical analysis was carried out to highlight contradictions in three distinct moments: the emergence of the reformatories, the creation of the Welfare of the Minors Foundation and the transition to the Socio-Educational Center. The analysis showed the institutional development going from the contention proposal to a socio-educational model. However, disciplinary practices for restraint of inmates were not totally extinguished causing disturbances and anomalies in the Activity System. The hypothesis of the existence of a disputed object is presented, evidencing its contradictions in and among the elements of the System. In order to bring about changes that accompany the socio-educational proposal, a conceptual expansion of the object by the institution is necessary, so that it is shared by the different professionals involved in the activity, guiding articulated actions aimed at meeting the current social demand. For that, the Change Laboratory is proposed, a method of training intervention with the potential to bring together the actors for the construction of innovative solutions and experimentation of practices based on new working relationships.

Key-words: Historical Cultural Activity Theory, Change Laboratory, CASA Foundation, Worker's Health, adolescents offenders.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	11
2. INTRODUÇÃO	13
2.1. JUSTIFICATIVA	15
2.2. CONTEXTO DA DENÚNCIA: UMA CASA EM DISPUTA	17
3. OBJETIVOS	19
3.1. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	20
4. MÉTODOLOGIA	20
4.1. HISTÓRICO NO CAMPO	25
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
5.1. ARTIGO: “ SOCIOEDUCAÇÃO E VIOLÊNCIA? CONTRADIÇÕES E DESAFIOS NA ATIVIDADE DE REINTEGRAÇÃO DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI	27
5.2. ELEMENTOS EM CONTRADIÇÃO: SISTEMA DE ATIVIDADE DA FUNDAÇÃO CASA	51
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
7. REFERÊNCIAS	68
8. ANEXO	74
ANEXO 1 - Roteiro de entrevistas semi-estruturado	

**CURRICULO LATTES – RODOLFO ANDRADE DE GOUVEIA VILELA
(ORIENTADOR)**

CURRICULO LATTES - LUCIANA PENA MORGADO

1. APRESENTAÇÃO

Atuar nos determinantes da violência é um desafio para a Saúde Pública mundial, pois se trata de um fenômeno social polissêmico, e sua interpretação pode variar dependendo do contexto analisado (MISSE, 2016). No Brasil, em decorrência do processo de urbanização na década de 1960, indicadores demonstraram a transição das doenças infecto-parasitárias para a violência como fenômeno emergente a ser enfrentado. Na década de 1980 houve crescimento de aproximadamente 29% na proporção de mortes violentas, passando estas a constituir a segunda causa no obituário geral, abaixo, apenas, das doenças cardiovasculares. Este foi um momento em que os profissionais ligados ao campo da saúde passaram a considerar importante entender o enraizamento social da violência para elaboração de políticas preventivas (MINAYO, 2006).

Definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como: “o uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações”, a violência se manifesta nas relações sociais de várias formas, carregando inúmeras significações, sendo um assunto complexo que demanda esforço interdisciplinar para mapear suas origens e para construção de ações para seu enfrentamento (OMS, 2002).

O debate sobre as diversas formas de violência está interligado com as diretrizes priorizadas pelos órgãos internacionais de Direitos Humanos, para o caso brasileiro, os órgãos integrantes do chamado Sistema Global ou Universal de Proteção dos Direitos Humanos, erigido pela Organização das Nações Unidas (ONU), e aqueles que compõem o Sistema Regional Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), que prezam pela proteção da vida, garantindo condições dignas de sobrevivência para todos os sujeitos de modo que suas necessidades básicas sejam preservadas (NETO, 2016).

A partir da definição adotada pela OMS (2002), a pesquisa investigará o fenômeno da violência no contexto laboral em um centro de atendimento para

reintegração de adolescentes em conflito com a lei no Estado de São Paulo.

Atividade central na vida do ser humano, o trabalho é extremamente valorizado na sociedade capitalista, mas nem todas as suas dimensões são explicitadas e discutidas com os sujeitos que o executam (ALVES, 2011, CARDOSO, 2015). Ao contrário, observa-se forte resistência social em reconhecer que seu exercício, sob certas condições, pode resultar em sentimentos de satisfação, realização e prazer, mas também pode levar a mal-estar, adoecimento e acidentes (DEJOURS, 1986).

As ações para promoção da saúde no local de trabalho, no Brasil, costumam ficar a cargo da empresa que em raros momentos escutam os trabalhadores sobre as reais condições em que a atividade de trabalho² é realizada. Não identificar os determinantes no processo saúde-doença faz com que ações de enfrentamento se limitem a reparar as consequências não reduzindo os índices de adoecimento e acidentes relacionados ao trabalho. A participação dos trabalhadores como protagonistas nos processos de mudança é essencial para mudar essa realidade (ENGESTROM, 1987; CLOT, 2011).

A Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Casa) acumula ao longo do tempo denúncias sobre as más condições de trabalho em diversos centros de atendimento³ no Estado de São Paulo. Ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e justiça do trabalho, em 2003, possibilitou fiscalização em alguns centros de atendimento, na qual foram observadas irregularidades no que diz respeito à saúde e segurança dos trabalhadores por estarem constantemente expostos a doenças infectocontagiosas por ausência de equipamentos de proteção ao lidar com adolescentes enfermos, acidentes de trabalho gerados por confrontos⁴ com os internos, situações de assédio moral organizacional, além de terem acesso a dados indicando altos índices de afastamento por adoecimento.

Denúncias perpetradas por trabalhadores de um dos centros de atendimento

² Daniellou (2005) define atividade de trabalho, conceito-chave em ergonomia, como a mobilização das capacidades físicas, cognitivas, emocionais e sociais de cada trabalhador para atender ao que lhe é solicitado pela empresa. Dessa forma, a atividade de trabalho realizada é necessariamente diferente do prescrito pelas instâncias de gestão (VILELA et al, 2010 p.209 apud DANIELLOU, 2005).

³ Centro ou centro de atendimento serão os termos utilizados para se referir à unidade de atendimento pesquisada.

⁴ Confronto é o embate entre trabalhadores e internos, geralmente ocorrem quando há discordância sobre as regras ou uma das partes se sente desafiada a ponto de resolverem o conflito com agressões física ou verbal.

da Fundação Casa ao MPT, reunidas em um inquérito civil desde 2015, todas relacionadas a episódios de violência física e psicológica por conta de conflitos com internos possibilitou parceria com a Universidade para pesquisadores adentrarem a instituição para coleta de dados que servirá para alimentar os relatórios do inquérito civil, assim como para elaboração da dissertação. Na visão do procurador responsável pelo caso, o uso de abordagens convencionais nem sempre resulta em mudanças estruturais. Segundo o procurador, as abordagens usadas são pontuais, não sistêmicas e pouco alteram o modelo. Sua hipótese é a de que o modelo adotado pela Fundação é gerador de violência entre os atores envolvidos (internos e trabalhadores) e que os dois lados estão “aprisionados na violência da instituição”.

Na busca por abordagens não convencionais para aliar a metodologia do Ministério, o representante do MPT buscou suporte acadêmico para subsidiar o inquérito com informações aprofundadas sobre as facilidades e dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores na atividade de trabalho. A cooperação técnica entre o MPT e Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP) possibilitou ação diferenciada com a utilização do aporte teórico do Laboratório de Mudanças (LM), método de pesquisa aplicada com potencial de construir com os trabalhadores e internos novos agenciamentos nas relações cotidianas.

Desta forma, a pesquisa realizada na instituição foi incluída no escopo de cooperação técnica e científica firmado entre o MPT e a FSP/USP (SÃO PAULO, 2013). Representante do Ministério Público Estadual (MPE) – Promotoria da infância, que também acumula denúncias da parte dos internos, também foi acionada para ação integrada dos Ministérios com vistas à obtenção de resultados efetivos e duradouros.

2. INTRODUÇÃO

No início do século XIX, com a explosão demográfica e processo de industrialização, novas formas de controle sanitário, tais como: estatísticas sobre a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução e longevidade marcam a entrada do “problema da vida” como um campo de interesse importante

para o poder político. O surgimento das tecnologias de controle não tinha mais o intuito de conduzir pessoas à morte, e sim administrar suas vidas, seus corpos para suprir as necessidades da nova ordem produtiva em ascensão. (FOUCAULT, 2010)

Foi nesse contexto social que as prisões modernas passaram a ser concebidas e disseminadas como mecanismo de coerção, controle e punição social em diversos países agregando dispositivos capazes de ordenar a sociedade, enclausurando os sujeitos considerados delinquentes situados à margem do sistema que não compactuam com a organização produtiva imposta pela ordem capitalista. (FOUCAULT, 2009; 2010)

O conceito de delinquência tomou forma no início do século XIX, período em que os filósofos franceses ligados à corrente econômica fisiocrata definem o delinquente pelo âmbito da produção, ou seja, se está ou não trabalhando, se possui residência fixa, arca com os impostos devidos, além de caracterizá-los como inimigos da sociedade criando mecanismos jurídicos como o júri popular, no qual a sociedade passou a ter poder de julgar e condenar seus pares. (FOUCAULT, 2015)

Nas instituições totais⁵ do tipo Fundação Casa existe uma divisão básica entre um grande grupo controlado, que podemos denominar o grupo dos internados, e uma pequena equipe de supervisão. Cada agrupamento tende a conceber o outro através de estereótipos limitados e hostis: a equipe dirigente muitas vezes vê os internados como amargos, reservados e não merecedores de confiança: os internados muitas vezes veem os dirigentes como condescendentes, arbitrários e mesquinhos. Os participantes da equipe dirigente, responsáveis pela administração da vida dos internos, tendem a sentirem-se superiores e corretos; os internados tendem, pelo menos sob alguns aspectos, a sentir-se inferiores, fracos, censuráveis e culpados (GOFFMAN, 1992).

Entretanto, não são apenas entre esses dois polos que se constrói a dinâmica desse espaço. Entre os internos, a convivência diária por longos períodos promove trocas e estabelece vínculos, propiciando a organização de grupos que funcionam com regras próprias tornando ainda mais complexa a vida nesses estabelecimentos (DIUANA et al, 2008). Soma-se a isso o modelo de organização do trabalho na

⁵Instituição total é um local de residência e trabalho onde um grande número de sujeitos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada (Goffman, 1992).

atualidade, que se utiliza de mecanismos de gestão para o controle dos sujeitos condicionando os trabalhadores a realizar suas tarefas para o alcance de metas e bonificações que desfocam o real sentido da atividade de trabalho (METZGER, 2012; TAKAHASHI et al., 2015).

Assim, levantar e discutir os diversos discursos e representações envolvendo a saúde produzida no espaço de confinamento a partir dos diferentes lugares sociais (internos, trabalhadores, gestores e comunidade) adquire relevância por possibilitar a desnaturalização das representações e das práticas arbitrárias, e abrir possibilidades de novos agenciamentos (DIUANA et al, 2008).

Tal disparidade entre os atores, mencionadas por Goffman (1992) e Diuana et al. (2008), reflete parte dos conflitos existentes nos centros de atendimento, no qual, uma posição privilegiada, por si, pode causar estranhamento entre as partes que convivem na instituição, gerando situações de violência que afetam tanto os trabalhadores quanto os internos. Ainda de acordo com os autores, para os integrantes dessas duas categorias (internos e trabalhadores), os riscos à integridade pessoal encontram-se no topo das preocupações e estão fortemente marcados pelas relações formais e informais que regulam a vida na instituição.

2.1 JUSTIFICATIVA

A Fundação Casa é tema de estudos acadêmicos em diferentes abordagens, geralmente, estão relacionados aos campos das Ciências Sociais, Psicologia, Educação e Saúde. Parte dos estudos utilizados como referência para esta dissertação explora a experiência de confinamento na perspectiva dos adolescentes, como se relacionam com seus pares e trabalhadores, assim como articulam movimentos que dê visibilidade as condições precárias nos centros de atendimento (ALMEIDA, 2010; MOREIRA, 2011; VINCENTIM, 2005). Outros estudos abordam o funcionamento da escola pública na instituição, os entraves e contradições na tentativa de aplicação da medida socioeducativa em um ambiente prisional (LOPES, 2006; MEIRELES e ZAMORA, 2017; YOKOMISO, 2007). Foram consultados ainda, estudos sobre as representações sociais dos trabalhadores a partir das práticas, discursos e instrumentos disponíveis para aplicação da medida socioeducativa no cotidiano de trabalho (FARIAS e NARCISO, 2005; FRANCO, 2008; LOPES, 2005;

LIMA, 2014; TAVARES, 2008).

Outra parte dos estudos exploram análises, algumas longitudinais, sobre as mudanças na legislação de proteção à criança e adolescente e seu reflexo nas mudanças institucionais ao longo do tempo (ALVAREZ, 1989; LIMA, 2010; PASSETTI, 2004). Dois estudos acadêmicos, com intervalo de vinte anos do primeiro para o segundo, relataram experiências de tentativas de mudanças estruturais na instituição, que apesar de não consolidarem um modelo de atendimento socioeducativo, elucidam os entraves e desafios para mudanças estruturais considerando a resistência de gestores e dos trabalhadores em acreditar na possibilidade de relações internas mais propositivas (BIERRENBACH, 1987; LIMA, 2006).

Por se tratar de um ambiente complexo, de difícil acesso, constituído por relações de poder que determinam muitas vezes situações-limite como uma rebelião, ouvir os atores sobre a rotina institucional é de grande valia para a construção de um novo modelo de atendimento que descarte práticas violentas presentes no cotidiano.

A hipótese deste estudo é que contradições estruturais impedem o desenvolvimento do Sistema de Atividade (SA) da Fundação Casa para um modelo de atendimento menos contencioso. Quais são essas contradições? Como surgiram e refletem até hoje nos elementos do SA? Porque as situações-limite como os confrontos e rebeliões ainda acontecem? Não foram encontrados estudos que partissem de uma perspectiva histórica-sistêmica para levantamento de contradições que permeiam o SA institucional. Visando elucidar os conflitos internos desde seu surgimento, nossa proposta é, a partir de uma abordagem sistêmica, evidenciar como a violência se incorporou e permanece nas práticas cotidianas de disciplinamento dos trabalhadores para com os internos.

A partir de um levantamento sócio-histórico institucional, a pesquisa tem como propósito mapear contradições estruturais que impedem a consolidação de um modelo socioeducativo, sem violência, para posteriormente construir espaços de fala com e para os trabalhadores elaborarem e experimentarem novas possibilidades de relações internas alinhadas a proposta educacional a partir do que vivenciam cotidianamente.

Para levantamento das contradições será utilizado aporte teórico da teoria da atividade histórico cultural (TAHC) com o propósito de mapear distúrbios e tensões

no SA da instituição desde a época dos reformatórios. Mapear as contradições servirá não só para indicar pontos críticos do sistema, mas também para serem problematizadas com os atores (trabalhadores e internos) em processo formativo de acordo com o que propõe o Laboratório de Mudanças, método de mediação formativa capaz de reunir os trabalhadores para a construção de novas experiências organizacionais no cotidiano de trabalho (ENGESTROM e SANNINO, 2017; VIRKKUNEN et al, 2014).

2.2 CONTEXTO DA DENÚNCIA: UMA CASA EM DISPUTA

Em todo Estado de São Paulo existem cerca de 145 centros de atendimento responsáveis por aplicar medida socioeducativa para aproximadamente nove mil adolescentes (NUPRIE, 2018). O centro de atendimento fonte para as informações da pesquisa e inquérito civil é localizado no interior do Estado de São Paulo e foi construído em 2002. A unidade pertence a um conjunto com outros dois centros vizinhos, cada unidade tem gerência autônoma composta por equipes de referência e recursos humanos que respondem administrativa e burocraticamente a uma divisão regional subordinada a direção central que controla todas as unidades. O desenvolvimento das ações socioeducativas é realizado em parcerias com políticas públicas municipais, estaduais e Organizações Não governamentais (ONGs).

Na passagem da FEBEM para Fundação Casa, optou-se por descentralizar os centros para concepção de unidades menores visando eliminar os grandes complexos e melhor controlar os adolescentes. Nesse processo, foram criadas 11 divisões regionais que são responsáveis por administrar centros em seu entorno. Descentralizar o atendimento foi uma estratégia institucional para manter os adolescentes próximos de suas famílias com o intuito de facilitar o processo de reintegração do adolescente. Entretanto, a construção de centros em regiões periféricas das cidades, invisibilizando a situação dos adolescentes, dificulta o processo de reintegração com a comunidade, e consequentemente seu retorno para a sociedade (FOUCAULT, 2009).

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), cada centro é estruturado para receber 56 adolescentes, entretanto a população geralmente ultrapassa o limite estabelecido. Na unidade pesquisada já houve momentos da equipe administrar 64 adolescentes em suas dependências com faixa

etária entre 17 a 20 anos e 11 meses de idade. A característica dos internos no período da denúncia e trabalho de campo (2015 – 2017) era composta por adolescentes em seu primeiro programa de internação com estruturada vivência infracional⁶, adolescentes que tinham cumprido internação provisória, adolescentes que haviam passado por programa de liberdade assistida, adolescentes que haviam passado por programa de internação sanção ou reincidentes em algum dos centros da região (PLANO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2016).

Os adolescentes eram encaminhados para o centro para cumprimento de medida por atos infracionais caracterizados como: roubo simples, roubo qualificado, tráfico, furto, latrocínio, tentativa de latrocínio, atentado violento ao pudor, homicídio, sequestro e outros, sendo as infrações classificadas no nível de risco quatro em uma escala que chega a cinco (PLANO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2016).

O quadro funcional do centro conta com aproximadamente 60 trabalhadores distribuídos nos seguintes setores: direção; coordenação técnica; equipe administrativa; equipe pedagógica; equipe psicossocial; agentes de apoio socioeducativo; limpeza; cozinha; lavanderia e segurança patrimonial. Os quatro últimos são terceirizados e a cada término de contrato entre a gestão e a empresa os trabalhadores podem ser realocados ou não.

Na época da denúncia (2015), o centro tinha o perfil de centro “dominado pelos internados” (Moreira, 2011), logo, os procedimentos operacionalizados eram limitados pelos adolescentes que em alguns momentos determinavam quando e como as regras seriam aplicadas⁷. De acordo com relato dos trabalhadores do centro, a não realização de tarefas poderia gerar risco para segurança do centro, como: não andar com as mãos entrelaçadas para trás, utilização de substâncias ilícitas, uso de celular nos dormitórios, circulação na galeria onde ficam os quartos em horários não permitidos. Nesse período, adolescentes se vestiam com roupas “do mundão”, vestimentas trazidas de fora por familiares destoando das regras gerais da Fundação Casa.

Após inúmeras situações de rebeliões e motins a direção do centro foi substituída. Quando há mudança de gestão nesses casos, a tendência é reintroduzir os procedimentos de maneira mais rigorosa para retomada do poder. A mudança não foi tranquila, pois os adolescentes não tinham interesse em se submeter aos

⁶ Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal (ECA, 1990, Art. 103).

⁷ Sobre a classificação dos centros e como as relações de poder reverberam em sua organização consultar: Bierrenbach, 1987; e Moreira, 2011.

mecanismos de controle propostos pela nova direção. Houve confrontos para a reincorporação dos procedimentos de segurança e o resultado foi a retomada do controle das atividades pelos trabalhadores. No processo, alguns adolescentes considerados líderes do movimento foram transferidos de unidade, e para outros internos foi concedida liberdade por tempo de internação. Foi neste contexto que a pesquisa foi concebida.

Em 07/2017, decisão do MPE afastou cinco trabalhadores do centro, incluindo o diretor, após denúncia realizada pela Promotoria da Infância e Juventude devido episódios de violência contra os adolescentes. Com o afastamento dos trabalhadores, novas situações envolvendo agressão física entre adolescentes e trabalhadores para retomada de poder dos adolescentes tiveram início. Semanas após o afastamento, a instituição divulgou portaria administrativa informando aos trabalhadores a mudança de perfil da unidade que passou atender adolescentes em situação de internação provisória e adolescentes com pouca vivência infracional (primários). A mudança de perfil dos internos respondeu provisoriamente a liminar do MPE, que por um período passa a não receber denúncias dos adolescentes ou familiares. A história da instituição demonstra a tomada de poder por trabalhadores ou adolescentes como sendo cíclica, ora um grupo detem o poder, ora outro grupo controla a organização dos centros. Tal instabilidade impede a realização das atividades socioeducativas, e conseqüentemente motiva o adoecimento do quadro funcional pela iminência de novos conflitos para tomada de poder.

3. OBJETIVOS

Conhecer a atividade de trabalho em um centro de atendimento socioeducativo para levantamento de contradições que permeiam o SA da instituição, desde seu surgimento, impedindo seu desenvolvimento para uma proposta socioeducativa que não conte com práticas violentas para contenção dos internos. As informações coletadas servirão de fonte para alimentar o inquérito civil e como dados que espelham situações de conflito na instituição. Esses dados poderão ser utilizados em encontros futuros com os trabalhadores para experimentação de novos instrumentos de trabalho como propõe o LM.

3.1 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação foi elaborada utilizando informações primárias e secundárias sobre as instituições totais para reintegração de adolescentes em conflito com a lei. Os resultados e discussão serão descritos nos itens 5.1 (artigo) e 5.2.

O artigo submetido para publicação tem como objetivo o resgate histórico institucional desde o surgimento das primeiras instituições assistenciais para crianças e adolescentes abandonados ou em conflito com a lei para levantamento de contradições nos elementos do SA que impedem um trabalho institucional mais dialogado para com os internos.

O item 5.2 apresenta hipóteses de contradições do SA atual a partir de informações primárias coletadas no centro.

4. METODOLOGIA

A pesquisa segue a linha de análise qualitativa utilizando-se de dados primários e secundários extraídos do diário de campo, entrevistas, consulta bibliográfica em livros acadêmicos e literários, teses e dissertações, documentos históricos, legislação, artigos e filmes.

Os dados primários foram extraídos do caderno de campo após observação participante e realização de entrevistas gravadas com os trabalhadores. As entrevistas foram conduzidas com auxílio de roteiro semi-estruturado (Anexo I) com perguntas abertas sobre a trajetória profissional dos trabalhadores, facilidades e dificuldades na atividade de trabalho. Com os adolescentes foi possível conversar brevemente nas galerias do centro. Algumas informações sobre o convívio relatada por eles foram registradas no caderno de campo.

Com os agentes de apoio socioeducativo foram realizadas sete entrevistas individuais, três entrevistas em duplas e um grupo focal com a participação de sete trabalhadores. Foram gravadas outras cinco entrevistas em grupo que variou de três a quatro trabalhadores por sessão atuantes nas áreas: administrativa, pedagógica, saúde, psicologia e assistência social. Três entrevistas, com dois trabalhadores da

equipe de saúde e uma com trabalhador da equipe assistencial não foram gravadas a pedido dos entrevistados. As entrevistas individuais e grupais foram realizadas nas dependências do centro com duração de aproximadamente duas horas cada encontro. As conversas aconteceram nas salas de trabalho com a licença de outros trabalhadores que não seriam entrevistados dada a limitação estrutural que não dispõe de espaços próprios para eventuais encontros ou reuniões dos trabalhadores.

As referências secundárias consultadas foram extraídas do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBI –USP), bases de teses e dissertações dos Programas de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), Base de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e outras referências foram descobertas nos estudos analisados. O material foi selecionado de acordo com o resumo ou sinopse que apresentou compatibilidade com as problematizações acerca da violência presente na instituição e os desafios para execução de um programa socioeducativo. Outros documentos sobre a instituição (PPP, 2016, NUPRIE, 2018 e Manual de segurança e disciplina, 2010) foram encaminhados por trabalhadores ou extraídos do site da Fundação Casa.

As idas a campo tiveram início em agosto de 2016 depois de aceite da instituição firmada em termo de compromisso assinado pelos representantes dos Ministérios (MPT e MPE) e pesquisadores da Universidade de São Paulo. O trabalho de campo ocorreu no período de 08/2016 a 07/2017 com visitas semanais a unidade para coleta de dados e observação participante da atividade de trabalho. As primeiras visitas foram para acompanhamento da rotina institucional, priorizando observar o convívio entre adolescentes e trabalhadores. Posteriormente foram agendadas as entrevistas e grupo focal.

A fase de coleta de dados foi planejada para atender as premissas do LM, método de mediação formativa que auxilia no desenvolvimento de atividades de trabalho com a finalidade de experimentar novas formas de organização do trabalho a serem construídas coletivamente com a presença de trabalhadores e pesquisadores no processo de aprendizagem dos atores sobre sua atividade de trabalho (ENGESTROM, 2010; 2016; QUEROL, 2011).

O processo de aprendizagem proposto pelo LM tem como referência a Teoria da Atividade Histórico Cultural, sendo devidamente adaptado para as situações de trabalho por Yrjö Engeström (1987) possibilitando a construção coletiva no processo

de transformação do trabalho. Para tal, o método requer ferramentas cognitivas, como documentos, imagens, fala dos atores, dentre outros, para auxiliar na identificação das causas sistêmicas de conflitos laborais historicamente vivenciadas, além de perturbações a serem mapeadas e conceituadas como contradições internas à estrutura da atividade, possibilitando a construção de novas formas de trabalho em um processo dialético ascendendo do abstrato (ideias) para o concreto (experimentos) (VIRKKUNEN e NEWNHAM, 2015).

No primeiro momento, os pesquisadores coletam dados para sistematização no SA, para num segundo momento selecionar informações que serão utilizadas nos encontros com os trabalhadores voluntários. Neste momento, os pesquisadores passam a ser mediadores no processo, ofertando estímulos a partir dos dados, a ser protagonizado pelos trabalhadores que criarão novas práticas de trabalho.

A participação dos trabalhadores no decorrer do processo requer métodos e fóruns para envolvê-los. Por isso, oficinas com os trabalhadores foram agendadas para apresentarmos a metodologia como aliada para o enfrentamento do estado de crise institucional reconhecido pelos profissionais em encontros prévios. (VIRKKUNEN et al, 2014; ENGESTROM e SANNINO, 2017)

O método tem como principais conceitos e princípios: o SA como unidade de análise; a multivocalidade considerando a diversidade de representações dentro de um sistema; historicidade do SA (eventos que condicionaram o Sistema para alguma direção); contradições como fonte ou origens de distúrbios; possibilidade de transformação no Sistema de Atividade pela expansão coletiva do objeto (motivo da atividade) pelos sujeitos. (ENGESTROM, 2010; 2016)

No Laboratório de Mudanças, mapear as contradições da atividade de trabalho ao longo do tempo é essencial para orientar os trabalhadores na busca de uma determinada solução que torne o desenvolvimento do sistema possível. A unidade de análise (SA), representada graficamente por um triângulo, auxilia o analista a identificar os elementos que compõe a estrutura e como esses elementos se relacionam, após sistematização das características organizacionais e contradições, para compreensão das ações dos sujeitos no presente, passado e como poderá ser remodelado no futuro (QUEROL et al, 2011).

Se olharmos para um sistema de atividade em desenvolvimento, então sua dinâmica é baseada em contradições internas ao sistema, seus componentes estão sendo constantemente construídos e renovados em consequência do

desenvolvimento de novas contradições que explicitam os “nós” que emperram a fluidez em executar uma atividade de trabalho, servindo de fio condutor para a construção das inovações para as tentativas de mudança (QUEROL, 2014).

O SA é composto por seis elementos que interagem dialeticamente possibilitando a mediação do sujeito em busca do alcance do objeto conforme proposta de Engeström (1987). Objeto: compreendido como o significado, o motivo e a finalidade de um sistema de atividade coletivo; o Sujeito, que pode se referir tanto a um indivíduo como a um grupo de pessoas, cujas posições e pontos de vista são escolhidos como perspectiva de análise; o Instrumento compreende todas as ferramentas utilizadas pelos sujeitos de forma física ou simbólica, externas e internas para se relacionar com o objeto; a Regra abrange normas explícitas e convenções que restringem a ação dentro do sistema de atividade; a Comunidade que se refere a outros atores que influenciam nos resultados esperados pelo sistema, como a família, serviços de assistência, segurança público e judiciário; e a Divisão do trabalho que se refere à divisão de tarefas entre os sujeitos que interagem no sistema. Os componentes do sistema de atividade estão sendo constantemente construídos e renovados em consequência do desenvolvimento de novas contradições. (Engestrom, 1987; Querol et al, 2011)

Figura 1: Sistema de Atividade

As mediações formativas do LM começam com a coleta de dados sobre: a situação da atividade atual e dados históricos sobre o desenvolvimento da atividade; os principais problemas enfrentados; e os principais conceitos e ferramentas utilizados na atividade. A função destes dados é dupla: servir de dados a serem usados durante as sessões como espelho da atividade para ajudar o mediador a compreender a atividade e guiar o processo de aprendizado. O processo de aprendizagem do LM pode ser dividido em sete fases principais (Figura 2) e cada fase consiste em encontrar respostas para questões específicas do processo de análise, *design* e implementação.

Figura 2: Ciclo da aprendizagem expandida

O LM é um método a ser aplicado de médio a longo prazo. O tempo para realização desta pesquisa de mestrado não foi suficiente para percorrer todo o ciclo de aprendizagem expansiva proposto pelo método. Os resultados e discussão servirão como preparação prévia antes do “mapeamento da situação”, fase em que os atores locais se reunirão para iniciar as discussões coletivas para definição de novas práticas. Essa experiência poderá gerar futura produção acadêmica sobre a experimentação de um novo modelo assistencial.

4.1 HISTÓRICO NO CAMPO

O acesso e permanência de pesquisadores em um centro de atendimento da Fundação Casa nem sempre é autorizada. Tanto por questões burocráticas como questões sociais. Atender os adolescentes em conflito com a lei é uma tarefa complexa que demanda esforço interinstitucional para sua efetividade.

A primeira vez que passamos⁸ os altos muros e diversas grades até encontrar as pessoas que transitam nesses espaços pensamentos atravessam nossa mente. Dentre eles, sobre uma possível reação negativa dos internos com a presença de pessoas desconhecidas por eles. Pouco tempo depois de entrar em contato com a população local (trabalhadores e internos), vê-se que o discurso hegemônico sobre um lugar com alto grau de periculosidade nem sempre procede, e apesar de todo assujeitamento imposto aos internos, receber bem uma visita é uma regra de convivência acatada por todos (FOUCAULT, 2014; MARQUES, 2006).

A recepção foi repleta de olhares querendo dizer mais que as palavras pronunciadas. Uns de desconfiança e muitos olhares curiosos dos adolescentes que estavam nas salas de aula. Nos apresentamos para os trabalhadores e nas salas de aula tivemos a oportunidade de conversar brevemente com os adolescentes e alguns professores. Informamos para os presentes sobre a pesquisa e que estaríamos semanalmente acompanhando a rotina do centro para coleta de dados.

Saber a origem da visita é importante para os atores. Para os trabalhadores, uma inspeção do poder público ou até da corregedoria da instituição pode acarretar processos administrativos, dentre outras penalidades caso alguma ocorrência relatada pelos adolescentes seja investigada. Os adolescentes, sempre presos à expectativa da concessão da liberdade, principal assunto nas rodas de conversa entre eles, querem saber se as visitas têm alguma ligação com o poder Judiciário ou trazem algo que altere positivamente a rotina. Com isso, tudo que se fala precisa ser objetivo para não deixar dúvidas ou criar expectativas.

Antes de ter autorização para realizar trabalho de campo no centro foi preciso negociar com a gestão as condições para o acesso. As reuniões e audiências com a gestão foram momentos em que as partes envolvidas (Direção da instituição, MPT,

⁸ Em algumas idas a campo a pesquisadora foi acompanhada por outros membros do grupo de pesquisa e orientador do projeto.

MPE e pesquisadores) acordaram as condições para o acesso ao centro e a intenção de experimentar outra abordagem no encaminhamento do processo judicial a partir de mediação formativa prevista no LM.

O percurso negocial começou com o encontro entre pesquisadores, MPT, MPE e gestores da divisão regional e do centro para exposição do método a ser aplicado caso as partes aceitassem.

Semanas depois outra reunião foi agendada na sede da Fundação Casa na cidade de São Paulo com gestoras da direção central para exposição do método sugerido pelo MPT para resolução dos conflitos. A gestão concordou encaminhar o processo nos moldes propostos pelo procurador, reconhecendo o estado de crise institucional, e o LM como possibilidade para resolução dos conflitos internos.

O reconhecimento do estado de crise pela gestão é ponto fundamental para experimentação do método que preza a multivocalidade e adesão voluntária dos envolvidos no processo. Caso não haja demanda institucional para remodelagem do sistema dificilmente o ciclo do LM é percorrido. Nos casos em que o método é aplicado sem o reconhecimento institucional de um problema, dificilmente os atores se envolvem e acompanham todas as etapas, muito menos conseguem construir novas possibilidades para reorganizar seu trabalho (VIRKKUNEN et. al, 2014).

Posteriormente, foi agendada audiência no MPT com a presença da direção estadual, regional e local para assinatura de termo de compromisso. O termo assinado prevê acesso ao centro sempre que preciso para coleta de dados, entrevistas, análise de documentos, conversa com trabalhadores, dentre outras disposições.

Os trabalhadores do centro também foram convidados a participar de encontros para conhecer o método e se posicionarem sobre a experimentação no centro. Os participantes também concordaram com a aplicação do método visando uma possibilidade para ressignificar as relações internas. Após as rodadas de conversa foi possível iniciar o trabalho de campo com as entrevistas e observação participante.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 ARTIGO: **Socioeducação e violência? contradições e desafios na atividade de reintegração de adolescentes em conflito com a lei⁹.**

Resumo:

No Brasil, as instituições para reintegração de adolescentes em conflito com a lei enfrentam problemas para sua efetividade. O objetivo foi analisar, a partir de dados etnográficos e análise documental, o histórico institucional para entender seu surgimento e quais contradições tensionam o Sistema de Atividade institucional utilizando-se dos conceitos da Teoria da Atividade Histórico Cultural. A análise mostrou o desenvolvimento institucional passando da proposta de contenção para um modelo socioeducativo. Entretanto, as práticas disciplinares para contenção dos internos não foram extintas, causando distúrbios no sistema. Para que a proposta socioeducativa vingue é preciso uma expansão conceitual do objeto pelos profissionais envolvidos na atividade, orientando ações que atendam à demanda social atual. Para tal se propõe o Laboratório de Mudança, método de intervenção com potencial de impulsionar a construção de soluções inovadoras baseadas em novas relações de trabalho.

Palavras - chave: Teoria da Atividade, Fundação Casa, Saúde do trabalhador, Laboratório de Mudança, Adolescente institucionalizado.

Socioeducacion y violencia? Contradicciones y desafios em la actividad de reintegracion de adolescentes infractores

Resumen:

En Brasil, las instituciones para reintegración de adolescentes infractores enfrentan problemas de efectividad. El objetivo fue analizar, a partir de datos etnográficos y de análisis documental, la historia de la institución para entender las contradicciones que tensionan el Sistema de Actividad y su surgimiento, utilizando los conceptos de la Teoría de la Actividad Histórico Cultural. El desarrollo institucional pasó de la propuesta de detención hacia un modelo socioeducativo. Las prácticas disciplinarias de detención no se extinguieron, causando disturbios en el sistema. Para que la propuesta socioeducativa funcione, es necesaria una expansión conceptual del objeto por parte de los profesionales involucrados en la actividad orientando

⁹ Artigo submetido para publicação na revista: Interface - Comunicação, Saúde, Educação, sob inscrição: ICSE-2018-0486.

acciones que atiendan a la demanda social actual. Para ello se propone el Laboratorio de Cambio, método de intervención formativa con potencial de impulsar la construcción de soluciones innovadoras basadas en nuevas relaciones de trabajo.

Palabras clave: Teoría de la Actividad, Fundación Casa, Salud del trabajador, Laboratorio de Cambio, Adolescente institucionalizado.

Socioeducation and violence? Contradictions and challenges in the activity of reintegration of adolescents in conflict with the law

Abstract

In Brazil, institutions for the reintegration of adolescents offenders show problems for their effectiveness. The objective was to analyze, from ethnographic data and documentary analysis, the institutional history to understand its emergence and which contradictions intend the institutional activity system using the concepts of Historical Cultural Activity Theory. The analysis showed the institutional development going from the contention proposal to a socio-educational model. However, disciplinary practices to restrain inmates were not extinguished, causing disturbances in system. In order for the socio-educational proposal to take revenge, a conceptual expansion of the object by the professionals involved in the activity is required, orienting actions that meet the current social demand. To this end, the Change Laboratory is proposed, an intervention method with the potential to boost the construction of innovative solutions based on new working relationships.

Key words: Theory of Activity, Casa Foundation, Worker 's health, Change Laboratory, Adolescents institutionalized

Introdução

No campo científico está consolidada a ideia de que a violência não faz parte da natureza humana, e que suas raízes não são biológicas, sendo um complexo e dinâmico fenômeno polissêmico inerente à interação social cujo espaço de criação e desenvolvimento se manifesta nas relações de poder. Portanto, para compreensão de situações que resultam em violência, é importante conhecer seus determinantes antes de qualquer ação de enfrentamento^{1,2,3}. A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece o fenômeno da violência como um problema de saúde pública, e a partir da sua perspectiva a abordaremos no contexto laboral:

[...] o uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações.⁴ (p.5).

As situações violentas consideradas mais agudas, como as guerras, as rebeliões e conflitos civis são expressões extremas, com maior visibilidade social, no entanto outras formas de violência ocorrem de forma invisível nas residências, nos locais de trabalho, nas ruas, especialmente nos bairros periféricos das cidades e em instituições sociais relacionadas ao cuidado das pessoas⁴.

No contexto laboral, os trabalhadores podem estar expostos a diversas formas de violência, como: violência física, violência psíquica, violência sexual e, ainda, violência simbólica devido a negligência da gestão pela ausência das condições ideais de Saúde e Segurança do Trabalho, com a imposição de regras que favorecem acidentes, adoecimentos e outros danos à preservação da saúde e da vida. A violência que atinge a dignidade dos trabalhadores, em geral, vulnerabiliza a saúde mental quando inexistem suportes afetivos e sociais positivos⁵.

Diversos estudos acadêmicos problematizam a violência nas instituições para reintegração de adolescentes em conflito com a lei. Estes estudos, geralmente, advêm das Ciências Sociais, da Educação, da Psicologia e da Saúde. Parte deles aborda análises, algumas longitudinais, sobre as mudanças na legislação de proteção à criança e adolescente ao longo da história^{6, 7,8,9,10}. Outros exploram como

se dão as relações internas na perspectiva dos adolescentes^{11, 12}. Há ainda estudos sobre as representações sociais dos trabalhadores no cotidiano de trabalho^{13, 14, 15,16}. E finalmente, duas referências relatam as dificuldades de mudanças institucionais estruturais, na tentativa de rever procedimentos repressivos para contenção dos internos^{17,18}. Observa-se nestes estudos que cada um investiga uma faceta do problema.

As instituições são construídas a partir da história, sendo uma totalidade dinâmica de relações e mediações que explicam e são explicadas pela ação e interação dos atores que lhe dão vida. Suas conexões são permeadas por contradições, assim como o sistema econômico e social, onde os indivíduos estão inseridos¹⁷. Os estudos que tratam da prevenção e promoção da saúde nessas instituições nem sempre consideram a rede de fatores determinantes ou as contradições que estão situadas historicamente na origem dos conflitos e dos agravos à saúde dos trabalhadores.

Este artigo visa responder as seguintes perguntas: Como e porque surgiu a Fundação Casa? Quais são as contradições históricas e atuais que motivaram mudanças em seu sistema? Essas mudanças corroboraram para o desenvolvimento do Sistema? Para tal, a investigação utilizará de uma abordagem sistêmica, não encontrada em estudos que problematizam o tema, para compreender historicamente a criação e desenvolvimento desta política pública, bem como, compreender mais profundamente as práticas cotidianas destas instituições que tensionam as relações, de modo a produzir um conhecimento compartilhado com os diferentes protagonistas deste processo de trabalho^{23,24,25}.

Metodologia

O referencial teórico para este estudo é a Teoria da Atividade Histórico Cultural (TAHC). A TAHC, legado de Lev Vigotsky, Alexei Leontiev, dentre outros pensadores, que ressignificaram alguns conceitos para sua aplicação no contexto do trabalho, como Engeström, tem como um de seus fundamentos a dialética marxista^{21, 25}. Nos manuscritos, Marx²⁶ indica que as relações sociais em um sistema econômico capitalista devem ser investigadas pelo analista sob uma perspectiva dialética.

A unidade de análise é o Sistema da Atividade (SA) (figura 1), a qual auxilia o pesquisador a identificar e compreender as mediações sócio-culturais que estão envolvidas nas ações humanas de produção, distribuição e consumo de bens e serviços, possibilitando sistematizar e visualizar no SA as características organizacionais no presente, passado e como poderá ser remodelado no futuro^{21, 22}.

O SA é composto pela interação de elementos que compõe uma estrutura relacional, como a representação gráfica proposta por Engeström¹⁹. O Objeto, conceituado como o significado, motivo e finalidade da atividade; Sujeito se refere tanto a um indivíduo como a um grupo de pessoas cujas ações são orientadas pelas necessidades do objeto; Instrumentos são as ferramentas utilizadas para atender a demanda do objeto; Regras abrangem normas e convenções que condicionam a ação para com o objeto; Comunidade se refere aos atores que interagem com o sistema, como: familiares, serviços de assistência, segurança pública e poder judiciário; Divisão do trabalho se refere à divisão de tarefas entre os sujeitos que interagem no sistema^{21, 22}.

Figura 1: Sistema de Atividade

Fonte: Engeström¹⁹

Adotar o SA possibilita visualizar como os elementos interagem dialéticamente, sendo impossível entender a estrutura a partir de um único elemento. O acompanhamento das mudanças históricas na atividade por meio do

SA nos permite observar para que direção caminha a interação entre o sujeito e o objeto, considerando as contradições no e entre os elementos do SA para a tomada de ações com potencial de encurtar a distância entre o que pode ser alcançado no presente e o que pode ser adquirido no futuro para solução dos distúrbios do sistema.

Para visualizar possibilidades para o futuro a partir da reflexão das hipótese, utilizaremos outra unidade de análise: a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que nos permite agrupar um conjunto de possibilidades futuras que poderiam resolver uma contradição presente. Segundo Engestrom, a ZDP de um SA" é a distância entre as ações cotidianas dos indivíduos e a forma historicamente nova da atividade social que pode ser gerada coletivamente" ²⁰ (p.147). Para a construção de uma nova forma de atividade são necessárias relações sociais que diferem das atuais por meio do aprendizado coletivo que não pode ocorrer sem mudar os sujeitos, assim como mudanças nos sujeitos não podem ocorrer sem mudar os artefatos culturais (regras, instrumentos, divisão do trabalho e comunidade) utilizados em suas ações.

Para preenchimento do SA e ZDP, dados primários e secundários foram coletados entre agosto de 2016 e julho de 2017 e serão analisados qualitativamente.

Os dados primários foram extraídos do caderno de campo e entrevistas com os trabalhadores. No total foram realizadas dez entrevistas com profissionais do setor de segurança e disciplina e cinco entrevistas em grupo que contou com cerca de três a quatro trabalhadores por sessão atuantes nas áreas: administrativa, pedagógica, saúde, psicologia e assistência social. Todas as entrevistas foram gravadas com consentimento dos trabalhadores e ocorreram dentro do centro de atendimento com auxílio de roteiro semi-estruturado com perguntas abertas sobre a trajetória profissional dos trabalhadores na instituição; facilidades e dificuldades para realização da atividade de trabalho, percepção dos trabalhadores sobre determinantes no processo saúde-doença no trabalho e impressões sobre a relação com os internos.

As informações secundárias foram extraídas de livros acadêmicos e literários, teses e dissertações, documentos históricos, legislação e artigos.

A narrativa percorrerá a trajetória institucional desde 1894 até o momento atual. Três momentos históricos, marcados por mudanças na legislação refletindo as contradições no e entre os elementos do SA, foram explorados para contar o

histórico institucional: (1) a criação dos reformatórios; (2) a mudança para a Fundação do Bem estar do Menor (FEBEM); e (3) transição para a Fundação Casa.

Resultados

[Subtítulo] Período dos reformatórios (1894-1964)

Esse bando que vive da rapina se compõe, pelo que se sabe, de um número superior a cem crianças das mais diversas idades, indo desde os 8 aos 16 anos [...] São chamados de "Capitães da Areia" porque o cais é o seu quartel-general [...] O que se faz necessário é uma urgente providência da polícia e do juizado de menores no sentido da extinção desse bando e para que recolham esses precoces criminosos, que já não deixam a cidade dormir em paz o seu sono tão merecido, aos Institutos de reforma de crianças ou às prisões (Reportagem publicada no Jornal da Tarde na página de Fatos Policiais.²⁷(p. 13/14).

No Brasil, a atividade de reintegração de crianças e adolescentes pode ser resgatada desde final do século XIX, após a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871), no qual o Estado concebeu instituições para controlar meninas e meninos em situação de abandono por parte da família ou em conflito com a lei. Antes disso, eles eram direcionados para os cuidados de pessoa considerada idônea, ou internadas em hospital, asilo, instituto de educação, escola de preservação ou reforma⁸. Em 1894 foi proposta a criação de uma instituição, que servia como um dispositivo higienista, para atendê-los. No Estado de São Paulo, os primeiros reformatórios datam de 1903²⁸.

Nas instituições de reforma, o discurso disseminado era de que essa política pública tinha como objetivo a prevenção e a regeneração moral pelo trabalho, educação e instrução militar²⁸. Nesse período, a “criança estava disposta para seguir o que dela se esperava, educada pelo castigo, restando-lhe nos entrecruzamentos descontínuos de espaços disciplinares, as ruas, os bandos, a noite, as fugas, o exercício de uma liberdade ameaçadora aos outros e a si”.²⁹ (p.43)

O problema dos “menores” abandonados e da delinquência juvenil era um grande desafio para os campos das Ciências Sociais e da Saúde Pública, porém, embora fosse uma demanda de cunho social prevaleciam medidas que cabiam ao setor jurídico resolvê-la. A apreensão de menores nas ruas era prática corrente, e o

principal recurso disponível era a internação para condicioná-los ao mercado de trabalho que demandava mão-de-obra barata, sem qualificação e dócil^{30, 31}.

As regras nos reformatórios eram estritamente disciplinares para manutenção do controle dos internos³². Os instrumentos utilizados seguiam uma rígida aplicação dos castigos de acordo com o delito praticado. No caso das punições, eram aplicadas por meio de advertência ou repreensão, privação dos momentos de descontração e alimentação, pontos negativos na escola e prontuários, perda de emprego ou tarefa de confiança, cela clara ou cela escura a depender da gravidade do ato⁸.

Vê-se que nesses espaços o controle e a disciplina eram instrumentos de primeira ordem, logo, as brincadeiras e qualquer outro meio de diversão não eram permitidos condicionando os internos praticar de maneira clandestina brincadeiras essenciais para seu desenvolvimento mental e físico³³.

Disciplinar pelo medo não garantiu o comportamento exemplar dos adolescentes nem dos trabalhadores. Pelo contrário, uma complexa rede de trocas ilegais “pela qual circulavam mercadorias roubadas, corpos, drogas e lucros” operava com mais eficácia que a prática institucional de regenerar moralmente os internos deslegitimando o modelo de atendimento vigente⁸ (p.356). A figura 1 ilustra o SA desse primeiro momento histórico.

Figura 2: Sistema de atividade dos Reformatórios

Nossa hipótese de contradições para este período é que a estrutura dos reformatórios condicionava o sujeito a lidar com o objeto de maneira repressiva, utilizando-se de regras rígidas, que serviam apenas para contenção dos internos, legitimando instrumentos que pouco contribuíam para formação profissional dos jovens. A equipe de inspetores era orientada a não tirar os olhos dos internos que trabalhavam em média doze horas diárias em tarefas agrícolas.

A mesma enxada produzida pelos internos para o trabalho no campo servia de instrumento disciplinar quando os mesmos não atendiam prontamente as regras impostas⁸. A comunidade legitimava esses espaços entendendo a questão como de segurança pública, fazendo vista grossa para as práticas de agressão física e psicológica entre trabalhadores e internos.

Em 1964, a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM)³⁴, primeira política que centralizou as diretrizes nacionais para atendimento das crianças e adolescentes neste contexto, entra em vigor. Com uma proposta de atendimento interdisciplinar a política prometia acabar com os instrumentos repressivos com a sanção da nova lei.

[Subtítulo] A criação da FEBEM (1964-2006).

A PNBEM³⁴ introduziu metodologia interdisciplinar de atendimento “criando mecanismos de cunho social de grande porte com uma imagem de eficiência, mas que traziam o nítido alvo de controle social”¹⁷(p.49). O órgão gestor desta política passou do domínio do Serviço de Assistência ao Menor (SAM) para a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem) como um lugar para educação dos internos, e de acordo com seu discurso, sem repressão, cujos órgãos executores em todos os estados, a partir de 1976, eram as FEBEM's³³.

O período em que a Funabem administrou os centros de atendimento foi marcado por momentos de instabilidade da gestão muito em decorrência da permanência de episódios de violência, inclusive com repercussão internacional¹⁵. As diretrizes mudaram, no entanto, a mesma estrutura física e reprodução de alguns

instrumentos de contenção não favoreceram a efetividade do novo projeto de reintegração sócio-familiar.

Os internos continuaram submetidos a regras disciplinares com poucas brechas para o diálogo com os trabalhadores que exigiam dos internos antes de transitarem nos espaços permitidos a pedir licença perguntando em voz alta: “com licença, senhor/senhora” sempre com as mãos entrelaçadas para trás^{10,16}. Por outro lado, os trabalhadores careciam de instrumentos adequados (estrutura física, material didático e esportivo, formação profissional) para exercerem sua atividade. Os castigos continuaram sendo um instrumento utilizado para contenção dos internos e variavam de agressão física a confinamento em celas isoladas com pouco ou nenhum contato externo por longos períodos.

As atividades educacionais na Febem enfrentaram dificuldades semelhantes à escola pública, com o agravante de ser operacionalizada dentro de uma instituição prisional, onde a população é alvo de preconceitos de classe, raça e socialmente responsabilizada pela violência urbana³⁵. O processo de escolarização sofreu descontinuidade a ponto de tornar difícil a percepção de um processo em curso, marcado pelo controle contínuo dos monitores nas salas de aula e a consequente indefinição de seu papel na Fundação, ora de educador, ora de contendor, postura perfeitamente compreensível observando a história e o contexto em que a instituição foi criada¹⁵.

Uma conquista importante nesse período foi a incorporação de discussões advindas da Convenção das Nações Unidas de Direitos da Criança na Constituição Federal de 1988. Destarte, a ideia do “menor em situação irregular” passou a ser desmembrada, considerando cada caso envolvendo as crianças e adolescentes abandonados ou em conflito com a lei, abrindo caminho para a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)^{6, 36, 37,38}.

Em sua proposta de ruptura com o passado, o ECA regulamentou a Doutrina da Proteção Integral, que horizontaliza a responsabilidade pelo bem estar das crianças e adolescentes para toda sociedade, trazendo profundas alterações políticas, culturais e jurídicas estabelecendo uma transformação paradigmática garantindo direitos fundamentais aos jovens expostos às mais diferentes formas de violência no cotidiano^{16, 39}.

Com a mudança na legislação, o objeto (crianças e adolescentes) passou de mero receptor de ordens para portador de direitos a serem observados por toda sociedade^{36, 40}.

O SA da Febem passou por reformulações para atender as novas necessidades do objeto. Instrumentos com viés educacional, como ensino regular como da escola pública foi internalizado, assim como cursos de arte e atividades esportivas. As regras passaram a estar em sintonia com o ECA e Constituição Federal de 1988. Ainda assim, as práticas de contenção não foram totalmente extintas, e ocorrências envolvendo agressão psicológica e física, em especial a primeira que não deixa marcas visíveis, continuaram.

No limite das discussões entre trabalhadores e internos, os xingamentos entre as partes compunham o diálogo favorecendo o processo de adoecimento dos trabalhadores e baixa autoestima dos internos. As instalações físicas, parte herdadas do período anterior, espelhavam na realidade uma função de delegação da comunidade para conter internos, escondendo as injustiças sociais, desde que garantissem as aparências de tentativas de reintegração social dos já excluídos^{17, 41}.

A tensão permanente entre os dois grupos (trabalhadores e internos) propiciaram episódios de violência entre as partes resultando em mortes nos casos de rebeliões. O modelo Febem passou a ser questionado, por atores ligados a órgãos que atuam na defesa dos direitos humanos, Ministério Público Estadual (MPE) e Ministério Público do Trabalho (MPT), nacional e internacionalmente por conta das ocorrências de tortura e maus tratos contra adolescentes e más condições de trabalho.

A hipótese é que nesse período a inclusão de novas determinações legais, mais progressistas, não foi eficaz para minimizar os conflitos internos. A proposta de uma divisão de trabalho interdisciplinar sem envolver os monitores propiciou disputas de poder entre as equipes que passaram a não compartilhar o mesmo objeto. Presos nas tarefas de contenção, os monitores continuaram com a limitada tarefa de zelar pela segurança do espaço, e permitiam atendimento dos internos com psicólogos e assistentes quando consideravam que o ambiente estava seguro.

A disputa de poder reflete duas perspectivas em relação ao objeto. Por um lado, a equipe interdisciplinar tentava operacionalizar as diretrizes do ECA, em consonância com o Sistema Nacional de Atendimento ao Adolescente (SINASE)⁴²,

que prevê acompanhamento sistemático dos internos. Por outro, a equipe de monitores era condicionada a priorizar pela disciplina qualquer custo. Neste SA temos dois grupos de trabalhadores em oposição realizando a mesma atividade.

Figura 3: Um objeto cindido: SA da Febem

Fonte: Engeström¹⁰(adaptado)

Os instrumentos disponíveis para lidar com os internos na Febem passaram longe de dispositivos para reintegrá-los, ao contrário, continuaram exercendo o controle dos corpos mantendo-os distante da comunidade. As atividades educativas eram ofertadas sem consulta prévia por terceiros que nem sempre elaboravam os cursos para o público atendido, “as atividades do cotidiano, o despertar, as refeições, não eram vistas como momentos educacionais, prevalecendo à rigidez da disciplina”¹⁷(p.59).

As regras mudaram do primeiro período para o segundo, e apesar de impulsionarem o desenvolvimento com a inclusão de atendimentos pela equipe interdisciplinar e atividades educacionais não atendia as necessidades do novo objeto em ascensão. O descompasso entre as novas regras e antigos instrumentos criou dois sistemas que passaram a não compartilhar o mesmo objeto, ao contrário, os sujeitos passaram a desenvolver suas atividades como forças opostas

constituindo-se em distúrbios que inviabilizaram a realização da reintegração proposta pela instituição.

[Subtítulo] Na Fundação CASA (2006 aos dias atuais)

Um adolescente e ao menos dois funcionários da Fundação Casa ficaram feridos nesta tarde de terça-feira (13), durante um tumulto, no bairro San Martin, em Campinas (SP). A situação foi controlada por volta das 16h. O prédio fica ao lado da unidade onde ocorreu uma rebelião na noite de segunda-feira⁴³.

O trecho da reportagem relata uma situação-limite, a rebelião, em uma das unidades de atendimento da Fundação Casa. A rebelião é momento de maior tensão vivenciado na instituição, é o “resultado de um acúmulo de violência, de tentativas de negociação e de interlocução com a instituição. Vai acumulando....não tem como segurar”¹²(p.104-105). A violência institucional explode de ponta a ponta. De algum modo, todos estão aprisionados.

A sucessão de eventos indesejados levou a mudança de nome e método adotados pela instituição, em 2005, quando a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) interveio contra o Estado brasileiro por conta de brigas entre os internos, pancadarias, ocorrências envolvendo tortura e motins nos centros de atendimento. Acatar as recomendações dos sistemas internacionais de proteção de direitos humanos ficou a cargo de cada Estado membro. A postura brasileira frente as decisões advindas desses órgãos tem se mostrado cada vez mais de acordo com as propostas dos relatórios emitidos pelos peritos, ainda que a comunidade jurídica nem sempre atenda de imediato as decisões internacionais proferidas⁴⁴(p.423).

Após sanção da Lei Estadual 12.469/2006, as unidades de atendimento ao adolescente passaram a ter o nome Fundação Casa para se adequar às recomendações contidas nos relatórios da Corte alinhadas a legislação federal competente priorizando a mudança de instrumentos, divisão do trabalho e regras para o atendimento dos internos, incorporando em seu programa ações socioeducativas, com a obrigatoriedade de ensino formal e cursos de arte (grafiti, violão, teatro), cultura (literatura) e profissionalizantes (atendimento ao cliente, garçom, operador de telemarketing), para reintegração social dos adolescentes^{42, 45}.

Com a mudança novas unidades foram entregues com algumas alterações em sua estrutura física e modelo de gestão⁴⁵. A estrutura física passou ser construída em várias cidades do interior com estilo arquitetônico padronizado (prédios de dois andares, estilo caixote, com muros altos e grades em todos os espaços de convivência), localizadas longe dos centros urbanos afim de esconder o problema. A gestão foi descentralizada com a criação das divisões regionais, unidades administrativas que dão suporte logístico e operacional para os centros do entorno.

Desde 2014, uma nova divisão de trabalho composta por equipes de referência, para atender os adolescentes com metodologia interdisciplinar mais abrangente que na Febem com a inclusão dos agentes de apoio socioeducativos (nova nomenclatura para os monitores), foi proposta com o objetivo de unir todos os profissionais para acompanhamento da medida por meio de discussões coletivas com os internos sobre sua trajetória, seguida de reunião entre a equipe para discussão dos casos.

Contudo, a determinação não foi o suficiente para que os trabalhadores se integrassem organicamente e pudessem realizar um atendimento horizontalizado, no qual todos os profissionais tivessem o mesmo nível de responsabilidade pela reintegração dos internos. Todos os atendimentos requerem a presença da equipe, mas nem sempre conta com todos os membros. Os trabalhadores que lidam com os adolescentes nem sempre seguem a mesma linha de atendimento, uns conseguem pelo diálogo, outros ainda operam com dispositivos disciplinares.

Figura 4: Socioeducação e contenção: SA da Fundação CASA

A equipe de referência surgiu como algo idealizado e distante do real, que se manteve a parte, não sendo de fato incorporado no *modus operandi* dos centros. Os instrumentos de contenção estão em constante disputa com os instrumentos de socioeducação. Em todos os momentos os internos são observados, inclusive nos cursos, pelos agentes de apoio sócioeducativo que ficam sentados nas portas das salas a fim de evitar qualquer movimentação indesejada. O papel socioeducativo desses profissionais se limita a observação e cobrança de disciplina a todo instante, apesar de agenciamentos positivos que duram menos tempo que as revistas íntimas.

Outro instrumento de controle com potencial para gerar conflitos é essa revista. Diariamente os internos passam em média por cinco revistas íntimas que acontecem sempre que os internos mudam de ambiente. Os internos precisam se despir, abaixar e levantar três vezes, torcer os chinelos e peças de roupas, além de inspeção bucal para a certificação de que nenhum objeto tenha sido levado por eles.

A reformulação da divisão do trabalho com a concepção de uma equipe de referência integrada não ressignificou a postura disciplinar de alguns trabalhadores que ainda são orientados a agirem de forma policialesca executando várias revista ao dia.

Apesar de observado certo grau de desenvolvimento no sistema rumo a um modelo socioeducativo, impulsionado pelas diretrizes internacionais que versam sobre a aplicação de princípios dos direitos humanos para crianças e adolescentes, os conflitos entre trabalhadores e internos permanecem como noticiado em 2015 pela imprensa, em epígrafe. Tal ocorrência ainda mostra-se incidente nas unidades da Fundação Casa como demonstram o conteúdo de denúncias perpetradas por trabalhadores e internos aos órgãos públicos nacionais (MPT e MPE) e organizações internacionais como a CIDH.

Os dois sistemas em oposição refletem a existência de regras (prescritas e não prescritas) compatíveis com cada um deles. A contradição presente nas regras (sócioeducação x contenção) não permite à instituição alcançar a finalidade de sua existencia, qual seja, a de reintegrar os internos com instrumentos socioeducativos, já que o trabalho de uma equipe atua como força oposta a atuação da outra, gerando um estado de crise permanente, no qual a insatisfação no trabalho se torna determinante para o adoecimento dos trabalhadores.

Como reintegrar indivíduos em desenvolvimento com instrumentos de contenção e socioeducação ao mesmo tempo? O aprendizado dentro do confinamento dificilmente desperta a crítica dos internos para que se reintegrem de fato a sociedade que pouco participa das atividades internas, percebendo os adolescentes apenas como criminosos, os culpabilizando exclusivamente pela sua condição quando internados nessas instituições.

Considerações finais

A análise histórica demonstrou mudanças propositivas nas leis que regem os centros de atendimento. Com o progressivo questionamento da violência no plano nacional e internacional, começa um lento processo de expansão do objeto: inicialmente uma criança ou adolescente em conflito com a lei, tratado pelo Estado como uma ameaça social, e a partir dos anos 1990, o mesmo objeto passou a ser tratado como portador de direitos a serem zelados por todos os atores sociais^{8, 41}.

A hipótese é de que a atual proposta institucional de socioeducar convive e disputa espaço com o antigo *modus operandi* de “apenas conter” gerando conflitos e tensões estruturais. Parece tratar-se de um objeto que está em disputa. Ideológica.

Nos da margem para pensar um dinâmica interna, ciclicamente, como se fossem ondas: em certos momentos predomina o princípio legal, em outros prevalece o ideal da contenção, das sobrepenas, que vão além do confinamento.

A impressão é de que, se por um lado as diferentes visões sobre o objeto (socioeducar e conter) impossibilita ações que de fato reintegre os internos, por outro lado, cria constrangimentos no trabalho dos profissionais, levando-os a uma insatisfação generalizada e adoecimento relacionado ao trabalho. Soma-se a esses dois fatores a ausência de uma rede políticas sociais integradoras se articulando intensamente para promover oportunidades de acesso para os internos.

O resultado é a cisão do sistema e trabalhadores atuando em grupos isolados utilizando instrumentos que se opõe na prática de atendimento.

Os três momentos históricos mostraram transformações em todos os elementos dos SA. Entretanto, nota-se que nem sempre os elementos alcançaram o mesmo nível de desenvolvimento a ponto de resolver as tensões que motivaram mudanças importantes.

Observa-se que desde a Febem, há um esforço de desenvolvimento em alguns elementos do sistema na tentativa de implantação de um modelo socioeducativo, parcialmente posto em prática, já que a manutenção de instrumentos de contenção herdada dos reformatórios persistiu. Deste modo, as contradições entre o velho e o novo sistema não permitem a realização de ações pedagógicas efetivas.

O modelo atual passou por mudanças, mas sempre advindas de operadores de direito, da gestão ou de consultores externos que não lidam com as adversidades da atividade. O objeto é complexo e requer aporte interdisciplinar para conhecer suas interfaces pensando a criação de públicas articuladas que promovam o acesso à educação desde cedo.

Um processo de mediação que discuta com os atores as contradições sistêmicas que barram o resultado esperado, de modo que os mesmos aprendam com sua história em ciclos de aprendizagem expansiva, num processo dialético, não linear²⁴.

Acredita-se, portanto, que há um ciclo de aprendizagem expansiva iniciado para atender às demandas sociais de políticas afirmativas de Direitos Humanos e Sociais. As hipóteses de contradições apontadas indicam ser causadoras de distúrbios que impactam nas relações. De um lado a resistência do modelo reformatório, com aplicação das rotinas de sobrepenas, pela compreensão de que essas instituições são espaços de contenção, com uso de instrumentos permeados de práticas violentas, direcionadas a uma população considerada irrecuperável.

De outro, um novo modelo de aplicação de pena de privação de liberdade, mas que compreende a Fundação Casa como espaços de formação dos adolescentes experimentando estratégias pedagógicas, assistenciais e profissionalizantes, com finalidades de reintegração de uma população jovem, vulnerabilizada por modelos econômicos excludentes e privação de direitos humanos fundamentais.

As mesmas contradições que explicam os distúrbios existentes nos sistemas, também explicam seu desenvolvimento manifesto em várias tentativas de aprimoramento do modelo. Este desenvolvimento histórico possibilita visualizar uma tendência de futuro, uma ZDP, que priorize ações coletivas de desenvolvimento futuro mediante a construção de novos conceitos e novos modos de pensar sobre as

práticas de trabalho que levariam a aprendizagem expansiva do seu objeto (Figura 5):

Figura 5: Ciclo de desenvolvimento: modelo reformatório, modelo Febem, modelo Fundação Casa e hipóteses para o desenvolvimento futuro

Este modelo traria resultados esperados de mudanças importantes nos demais elementos do SA, a saber: desuso das regras tácitas de violência física e psicológica na convivência com os adolescentes; divisão de trabalho articulada com um plano pedagógico compartilhado entre os diferentes profissionais; ampliação da participação da família e da comunidade fomentando um trabalho em rede intersetorial com outras políticas públicas municipais e regionais de saúde,

educação, moradia, assistência social, emprego e renda, bem como de órgãos reguladores como o MPT e o MPE– Promotoria da Infância e da Juventude.

Como vimos superar esta contradição dialética institucional tem se colocado como um poderoso desafio para a execução dos novos propósitos desta política pública considerada uma tarefa social relevante e urgente. Um processo participativo, estimulado pelo Laboratório de Mudanças, metodologia de mediação formativa, com o potencial de construir propostas de mudanças estruturais que emergjam dos sujeitos envolvidos para a consolidação de novas relações internas unificando o sistema de atividade para novos agenciamentos positivos entre sujeito e objeto^{19, 20}.

Trata-se de um espaço a ser construído com e pelos atores e comunidade envolvida, usando os princípios da multivocalidade, historicidade, de visão sistêmica e dialética que os auxiliem a ver o problema a partir de suas relações e interações e não a partir de seus fragmentos. Identificar as origens sistêmicas e históricas em que os atores passem a ter voz para expor os pontos de conflitos a serem superados, bem como, o conhecimento de experiências bem sucedidas que se perderam no tempo e que podem novamente serem experimentadas, enriquecidas e posteriormente consolidadas em práticas estáveis, parece ser um caminho possível de transformação do encarceramento juvenil em massa no Brasil²⁰.

Referências

¹ Minayo MCS. Violência e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2006.

² Zaluar A. Da revolta ao crime S/A. São Paulo: Moderna; 1996.

³ Misse M. Violência e teoria social. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. 2016; 9 (1): 45-63.

⁴ Krug EG et al., eds. Relatório mundial sobre violência e saúde. [internet], 2002 [acesso em 15 jul 2018]; 380. Disponível em: <https://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>

⁵Seligmann-Silva E. Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

⁶Alvarez MC. A emergência do código de menores de 1927: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores. [Dissertação de Mestrado]. São Paulo (SP): Universidade de São Paulo; 1989.

⁷Corrêa, VBD. Ressocializar ou manter a ordem social: dilema dos atores envolvidos na execução e aplicação das medidas socioeducativas privadas de liberdade. [Dissertação de mestrado]. Porto Alegre (RS): Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; 2007.

⁸Passetti E. Crianças carentes e políticas públicas. Criança e criminalidade no início do século. In: Priore, DM, organizador. História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto; 2004. p. 347 – 375.

⁹Lima CN. O fim da era FEBEM: novas perspectivas para o atendimento socioeducativo no Estado de São Paulo. [Dissertação de mestrado]. São Paulo (SP): Universidade de São Paulo; 2010.

¹⁰Moreira FM. Cadeias dominadas: dinâmicas de uma instituição em trajetórias de jovens internos. [Dissertação de mestrado]. São Paulo (SP): Universidade de São Paulo; 2011.

¹¹Almeida BGM. A experiência da internação entre adolescentes: práticas punitivas e rotinas institucionais. [Dissertação de mestrado]. São Paulo (SP): Universidade de São Paulo; 2010.

¹²Vincentin MCG. A vida em rebelião: jovens em conflito com a Lei. São Paulo: Hucitec: Fapesp; 2005.

¹³Farias, PS, Narciso, LJ. Cadeia de chocolate: os funcionários da FEBEM falam. São Paulo: Arte & Ciência; 2005.

¹⁴Franco, EM. Uma casa sem regras: representações sociais da FEBEM entre seus trabalhadores. [Dissertação de doutorado]. São Paulo (SP): Universidade de São Paulo; 2008.

¹⁵Tavares, EPN, et al. O trabalho dos monitores na Febem. São Paulo: Fundacentro; 2008.

¹⁶Lima, JV. Entre o recuperável e o estruturado: classificações dos funcionários de medida socioeducativa de internação acerca do adolescente em conflito com a Lei. [Dissertação de mestrado]. São Paulo (SP): Universidade de São Paulo; 2014.

¹⁷Bierrenbach, MI. Instituição fechada e violência: uma visão de dentro. In: Bierrenbach MI, Sader E, Figueiredo CP, organizadores. Fogo no pavilhão. Brasília: Editora Brasiliense; 1987. p. 37 – 128.

¹⁸Lima, RCP. Mudanças das práticas sócio-educativas na FEBEM-SP: as representações sociais de funcionários. Psicologia & Sociedade. 2006; 18 (1): 56-62.

¹⁹Engestrom, Y. Learning by expanding: An activity-theoretical approach to developmental research. Helsinki: Orienta-Konsultit; 1987.

²⁰ Querol MAP, Jackson Filho JM, Cassandre MP. Change Laboratory: uma proposta metodológica para pesquisa e desenvolvimento da aprendizagem organizacional. Administração: Ensino e Pesquisa. 2011; 12: 609-40.

²¹Querol MAP, Cassandre MP. Teoria da Atividade: contribuições conceituais e metodológicas para o estudo da aprendizagem organizacional. Gestão & Produção 2014; 21: 405-416.

²²Engestrom, Y. Aprendizagem expansiva. Campinas: Pontes editors; 2016.

²³Engestrom, Y.; Sannino, A. Studies of expansive learning: Foundations, findings and future challenges. Educational Research Review; 2010; 5: 1-24.

²⁴Vilela. RGA et al. A expansão do objeto da vigilância em acidente do trabalho: história e desafios de um centro de referência em busca da prevenção. *Ciência & Saúde Coletiva*; 2016.

²⁵Yrjö Engeström. A Teoria da Atividade Histórico-Cultural e suas contribuições à Educação, Saúde e Comunicação [entrevista a Lemos M, Pereira-Querol MA, Almeida, IM]. *Interface (Botucatu)*. 2013; 17(46):715-27.

²⁶MARX Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

²⁷Amado, J. *Capitães da areia*. São Paulo: Companhia das letras; 2008.

²⁸Santos, CAM. Criança e criminalidade no início do século. In: Priore, DM, organizador. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto; 2004; 210 -230.

²⁹Passetti, E. Governamentalidade e violências. *Currículo sem Fronteiras*; 2011;11(1): 42-53.

³⁰Rizzini, I. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: Priore, D M, organizador. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto; 2004. p. 376 - 406.

³¹Brasil. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 31 dez.

³²Ferla, LAC. *Feios, sujos e malvados sob medida - do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945)*. [Dissertação de mestrado]. São Paulo (SP): Universidade de São Paulo; 2005.

³³Passetti, E. *Sociedade de controle e abolição da punição*. São Paulo: Perspec; 1999; 13 (3): 56-66.

³⁴Brasil. Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964. Fundação Nacional do Bem estar

do Menor. Acesso: 18/11/2017 em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4513-1-dezembro-1964-377645-publicacaooriginal-1-pl.html>.

³⁵Lopes JS. A escola na FEBEM – SP: em busca do significado. [Dissertação de mestrado]. São Paulo (SP). Universidade de São Paulo; 2006.

³⁶Soares, JB. A construção da responsabilidade penal do adolescente no Brasil: uma breve reflexão histórica. Porto alegre: revista do Ministério Público; 2003; 51 (1): 257-285.

³⁷Foucault, M. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes; 2009.

³⁸Brasil. Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964. Fundação Nacional do Bem estar do Menor. Acesso: 18/11/2017 em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4513-1-dezembro-1964-377645-publicacaooriginal-1-pl.html>.

³⁹Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal; 1988.

⁴⁰Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da criança e do adolescente. Câmara dos Deputados; 2001.

⁴¹Sader, E. Democracia é coisa de gente grande?. In: In: Bierrenbach MI, Sader E, Figueiredo CP, organizadores. Fogo no pavilhão. Brasília: Editora Brasiliense; 1987.

⁴²Brasil. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Acesso: 21/06/2017 em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm.

⁴³Portal G1: Tumulto na Fundação Casa termina com três feridos em Campinas, SP. <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2015/10/tumulto-na-fundacao-casa-termina-com-tres-feridos-em-campinas-sp.html>. Acesso em: 10/11/2015.

⁴⁴Beltramelli SN. Direitos Humanos. 3 ed. Salvador: Juspodivm; 2016.

⁴⁵Teixeira, JS. A situação do encarceramento de jovens autores de ato infracionais em São Paulo. In: Políticas de segurança pública no estado de São Paulo: situações e perspectivas a partir das pesquisas do Observatório de Segurança Pública da UNESP [internet]. São Paulo UNESP; 2009.

5.2 FUNDAÇÃO CASA: UMA INSTITUIÇÃO, DOIS SISTEMAS

Esta sessão apresentará análise dos dados coletados em um centro de atendimento no período de 07/2016 a 07/2017. Nesse período, foi possível observar a atividade de trabalho e conversar com os trabalhadores sobre sua trajetória institucional e suas impressões sobre a rotina.

Serão apresentadas hipóteses de contradições no e entre os elementos do SA da instituição consideradas determinantes nas situações em que a violência se manifesta, tanto na relação entre adolescentes e trabalhadores como na relação entre a gestão e os trabalhadores por meio da “retórica empresarial direcionada à excelência” (SELIGMANN-SILVA, 2011 p. 494), no qual o discurso da “flexibilidade” disseminado pela gestão, não só na Fundação Casa, impondo regras que não condizem com a realidade dos trabalhadores, condiciona os sujeitos a serem polivalentes, rápidos, competitivos, dentre outras características que também corroboram para o adoecimento dos trabalhadores. (METZGER, 2012; TAKAHASHI et al., 2015)

O trabalho na atualidade demanda dos sujeitos novas formas de realizar sua atividade. Importante na construção identitária do ser humano, a “atividade de trabalho é endereçada, dirigida, *simultaneamente*, para seu objeto e para as outras atividades que incluem sobre esse objeto, sejam elas do outro ou ainda, de outras atividades do sujeito” (CLOT, 2010 p. 7). Ainda de acordo com Clot (2010):

“Viver no trabalho é, portanto, poder aí desenvolver sua atividade, seus objetos, instrumentos e destinatários, afetando a organização do trabalho por sua iniciativa. A atividade dos sujeitos se encontra, pelo contrário, não afetada quando as coisas, na esfera profissional, começam a estabelecer entre si relações que ocorrem independente dessa iniciativa possível. Paradoxalmente, a pessoa age, então, sem se sentir ativa a vulnerabilizando para o adoecimento” (CLOT, 2010 p.8).

Os relatos dos trabalhadores ao comentarem sobre a admissão na Fundação, a princípio, demonstram pouca afinidade entre suas expectativas pessoais e o resultado esperado pela instituição. Parte dos trabalhadores informaram que antes de passarem no concurso tentaram a vaga em busca de estabilidade no emprego, dentre outros direitos trabalhistas concedidos para trabalhadores do setor público.

Após acessarem a instituição, ainda de acordo com os relatos, a ausência de

orientação para atuarem em situações laborais complexas desmotiva qualquer ação diferente das orientações dos trabalhadores mais antigo de pátio¹⁰. O treinamento ofertado para os novatos são de cerca de quinze dias de palestras que tratam mais de assuntos administrativos e direitos trabalhistas do que estratégias para atuar com os internos.

Como se relacionar com os adolescentes fica em segundo plano, e quando os trabalhadores começam a trabalhar nos centros são condicionados a introjetar práticas adotadas por trabalhadores mais antigos na instituição que reproduzem um modo de agir que não contempla as necessidades do objeto em constante mudança. As solicitações dos adolescentes para os trabalhadores, sobretudo para os agentes de apoio socioeducativos, “denota um nível alto de exigências e disponibilidades afetivas por parte do mesmo, especialmente nas condições em que estes trabalhadores costumam ingressar no quadro de pessoal” (TAVARES, 2008, p.23).

O perfil dos adolescentes atendidos nos centros de atendimento atualmente é diferente dos adolescentes atendidos na época dos reformatórios (até 1964) ou da FEBEM (até 2005), por exemplo. O acesso à tecnologia e bens de consumo expressam novas relações entre os pares e deles com a sociedade. Nos reformatórios, muitos internos não tinham responsáveis legais que garantissem seus direitos, muito menos acesso à informação como no contexto atual.

Os instrumentos disponíveis para os trabalhadores também se modificaram ao longo do tempo, mas não a ponto de acompanhar as necessidades dos internos cada vez mais carentes de diálogo para formação de senso crítico capaz de transformar sua realidade. Os castigos que eram instrumentos utilizados com frequência para disciplinar os jovens deu lugar as atividades educacionais que preenchem todo o dia dos adolescentes. A violência física cedeu espaço para uma violência que afeta o psicológico dos internos e trabalhadores, por não deixar marcas visíveis que repercuta em sanção para ambos. Nas discussões, os xingamentos ofensivos e palavrões refletem o desconforto do convívio por longos períodos.

A atividade de reintegração requer certo grau de criação de vínculos com os adolescentes, muitas vezes difícil de ser equalizada pelos sujeitos quando não há

¹⁰ Trabalhadores do pátio são os que interagem por mais tempo com os adolescentes nas galerias. Esses trabalhadores costumam utilizar estratégias próprias para lidar com os internos, já que as orientações formais não dão conta da complexidade da atividade de trabalho.

apoio institucional adequado. Quando a atividade de trabalho é direcionada para o cuidado de outrem, a dimensão afetiva dos sujeitos é muito mais demandada durante a interação (VILELA et al., 2010). Quando não há suporte da instituição que supra essas necessidades, o poder de agir dos trabalhadores é neutralizada, no qual os sujeitos passam a atuar de forma improvisada, “apagando incêndios” para que nenhuma ocorrência indesejada seja exposta. Nesses casos, o sentido da atividade se perde em meio a tantas adversidades que se sobrepõe a finalidade de cuidar do interno.

Todas as mudanças institucionais que ocorreram ao longo do tempo foram impostas pela legislação federal ou recomendações de órgãos internacionais que lutam contra a violação dos direitos humanos:

“Como já se supõe, pressuposto da efetividade dos sistemas internacionais de proteção de direitos humanos é o grau de acatamento das recomendações e decisões emanadas de seus órgãos pelo Estado a quem se dirigem. Em se tratando de Brasil, esta questão afigura-se ainda mais sensível, em virtude da ausência de qualquer regulamentação específica a respeito do cumprimento do quanto emanado daqueles órgãos. Em que pese reconheça-se a evolução da postura brasileira frente aos referidos sistemas, evidenciada pela atenção conferida aos relatórios produzidos e pela adoção de providências em observância a inúmeras recomendações e decisões vindas dos diversos mecanismos, é certo que o Estado brasileiro ainda resente-se de disciplina jurídica mais robusta acerca do cumprimento imediato das decisões internacionais vinculantes, já que as recomendações, em tese, conforme a prática jusinternacional, não ensejam sanção, acaso olvidadas”. (NETO, 2016, p.423).

Quando introduzidas nos elementos do SA sem discussão ampliada com os trabalhadores, tais determinações não atingem o esperado. Os trabalhadores desprovidos de informações sobre as mudanças no objeto continuaram executando a atividade da maneira que aprenderam, passando adiante uma visão particular da realidade. Com isso, cada sujeito tende a perceber uma finalidade específica para a atividade, e nem todos veem sentido em realizá-la:

“O próprio sentido da atividade realizada, da ação em curso, perde-se na maior parte das vezes quando desaparece, no trabalho do sujeito ou dos sujeitos, a relação entre os objetivos que lhe são impostos, os resultados a obter profissionalmente e o que é verdadeiramente importante para eles” (CLOT 2010, p.10)

De acordo com relatos de trabalhadores que passaram pela transição FEBEM – Fundação Casa, quando os profissionais das áreas de psicologia e assistência social iam falar com os internos nesse período, alguns monitores da segurança

“olhavam de cima a baixo” (F.T)¹¹. Só queriam levar os adolescentes quando desse: “Tudo era pensado como se o menino fosse fazer algo com as pessoas”(F.T).

Em 2014, a instituição incluiu em suas diretrizes a proposta de criação da equipe de referência, com a perspectiva de horizontalizar a responsabilidade pela integridade do adolescente, visando eliminar os conflitos entre as equipes por meio de uma divisão do trabalho mais integrada.

Com o passar do tempo, as equipes assistenciais passaram a conversar com os monitores para estabelecer diálogo que rompesse a rigidez entre as equipes, a situação melhorou, perceberam que era possível ter diálogo, isso não quer dizer que foi fácil e a problemática tenha sido superada. Tanto que apesar das diretrizes institucionais preverem um atendimento integral, de acordo com o observado no centro e fala de trabalhadores, a ideia não saiu do papel: *“Isso ainda é muito teórico (equipe de referência). Estamos em processo de crescimento (...) Na pratica é bem falho. Vamos fazer uma reunião sobre um menino, e se alguma referente não está é feito mesmo assim (....)” “Ah, depois passamos para fulano” (F.T).*

As equipes de referência tem caráter interdisciplinar composta por especialistas da área da Saúde, Pedagogia, Psicologia, Assistência Social e Agentes de apoio socioeducativos. Cada adolescente tem uma equipe com a função primeira de se reunir com o interno para elaboração do Plano Individual do Adolescente (PIA), documento composto pelo perfil do adolescente e metas a serem cumpridas durante o tempo de internação.

A proposta é de que diariamente a equipe oriente seu referente, converse entre si nos casos de ocorrência e periodicamente se reúna para discutir o plano de avaliação do desenvolvimento do adolescente antes de sua reintegração. Mas no cotidiano, nem sempre todos os trabalhadores se reúnem, e quando possível, a condução das discussões é centralizada pelos trabalhadores da área Psicossocial como antigamente.

A hipótese é de que as diretrizes referentes a equipe de referência, impostas sem consulta aos trabalhadores sobre suas impressões da atividade, não são executadas como o idealizado por não atender a real demanda dos centros.

Uma das causas apontadas pelos trabalhadores que dificulta operacionalizar a equipe de referência é a ausência de meios para realização da atividade. Os entrevistados mencionaram que além dos atendimentos no centro, as demais

¹¹ F.T indica trecho da fala de um trabalhador ou trabalhadora entrevistados.

tarefas, como: produção de relatórios, visitas domiciliares, saídas com adolescentes para atendimento externo em serviços indisponíveis nos centros, dentre outras tarefas, os sobrecarregam comprometendo o trabalho da equipe de referência.

Outros incômodos apontados têm caráter jurídico-trabalhista, alguns informados para os trabalhadores via e-mail através de portarias, e também advêm de decisões sem nenhuma consulta prévia aos trabalhadores. Aliás, a ausência de canais de comunicação com a gestão foi coletivamente mencionada como prática corrente dos gestores.

“Para a Ergonomia da Atividade Profissional, todo trabalho contém certa determinação social, isto é, vários fatores que influenciam a realização das tarefas pelos trabalhadores são definidos exteriormente a eles. Nas empresas e instituições, a tarefa dos trabalhadores, suas atribuições, resultam do trabalho de outros atores, sejam gestores, engenheiros, dentre outros profissionais. No entanto, para responder as finalidades da empresa ou instituição, enfrentando a grande variabilidade de situações, os trabalhadores, quando possível, redesenham os próprios objetivos da tarefa, desenvolvem estratégias ou formas de regulação, mobilizam-se individual ou coletivamente para agir”. VILELA et al., 2010 p. 291)

O desenvolvimento de estratégias próprias para a realização da atividade é um indício de que as regras prescritas não condizem com a realidade vivida no cotidiano de trabalho. Os trabalhadores passam a criar estratégias que melhor se adapte as suas habilidade. Nesses casos, os sujeitos podem entrar em um estado de tensão permanente, pois caso algo dê errado os mesmos podem ser penalizados por não cumprirem as regras prescritas.

A punição na instituição, aparentemente, é um instrumento direcionado para os adolescentes. Relatos dos trabalhadores indicam que os mesmos se sentem coagidos, tanto quanto os internos, com as portarias emitidas pela instituição. As portarias são instituídas em diversas situações, que vão desde a compensação de horas até sobre a limitação de atestados medicos para cada trabalhador. De acordo com os entrevistados, as regras não são discutidas com os trabalhadores, e muitas vezes incidem em seus salários criando um estado de tensão que reflete no desenrolar da atividade.

A ausência de diálogo em relação as regras incomoda os membros da equipe que não entendem a lógica das decisões da gestão. Isso impacta na realização da atividade, como o caso das metas fixadas por quem não está diariamente no centro e não compreende as limitações para alcança-las. A falta de comunicação também foi relatado como sendo um aspect negative por trabalhadores que estiveram em

outros momentos na instituição, no qual “os trabalhadores descrevem a Febem como uma instituição autoritária, com ausência de canais de comunicação e rigidez das relações hierárquicas, reproduzindo características das instituições públicas (...) (TAVARES, 2008, p.50).

No período do trabalho de campo, uma das portarias que limitava a quantidade de atestados médicos, seis por ano para abono de faltas, causou preocupação nos trabalhadores do centro. Além de contrariar as leis trabalhistas, a portaria passou a nivelar todos os trabalhadores desconsiderando suas necessidades. Alguns comentaram ter filhos doentes, outros realizam tratamento, dentre outras necessidades.

A medida foi adotada pelo excesso de atestados médicos recebidos pelo departamento de recursos humanos. Nesse caso, os gestores optaram punir os trabalhadores que se afastam, diminuindo o valor do bônus recebido ou retardando a progressão na carreira, medidas que servem apenas para alimentar o círculo vicioso: insatisfação no trabalho – afastamento do trabalhador, não atuando nas reais causas das ausências.

Tempos depois a portaria foi extinta dada a má repercussão entre os trabalhadores e por divergir da legislação que não limita esse tipo de garantia. Outra situação mencionada pelos trabalhadores geradora de mal estar no trabalho são os casos dos sujeitos em cargos de chefia. Quando esses trabalhadores se afastam por motivos de saúde, são realocados para o seu cargo de origem quando retornam. Se eram agentes de apoio socioeducativo e viraram chefes, quando retornam voltam para a função de agentes com salários inferiores.

Ainda sobre afastamentos relacionados à condição de saúde, o alto índice de absenteísmo na equipe é sentido negativamente pelas partes, fator que gera sobrecarga de trabalho. O departamento regional responsável por programas de saúde do trabalhador da regional responsável pelo centro pesquisado informou receber em média 60 atestados médicos por dia, o departamento abrange aproximadamente 600 trabalhadores, e de acordo com o Código Internacional de Doença (CID) informado nos documentos, do grupo F-10, são transtornos relacionados a saúde mental e comportamentais devido ao uso de álcool um dos motivos mais frequentes:

“Problemas relacionados a aspectos psicoemocionais Alcoolismo/drogas (ou complicações decorrentes de seu uso como cirrose, pancreatite aguda) – segundo estes trabalhadores, o consumo de bebidas alcoólicas é um fato entre os monitores logo que ingressam na Febem. Em suas falas denotam que o consumo de bebidas alcoólicas independe de sexo, “homens e mulheres bebem”; associam o beber com uma jornada prolongada de trabalho e a realização de muitas horas extras. Neste sentido, a bebida alcoólica pode estar funcionando como uma complementação da dieta alimentar e também como um estimulante, ou seja, uma dosagem extra de energia para o corpo. O beber segundo eles está associado também a uma sobrecarga de trabalho, ou seja, grande número de menores infratores e baixo número de funcionários. Tal realidade fazia com que o monitor tivesse que realizar horas extras, o que era benéfico do ponto de vista do seu salário, mas negativo do ponto de vista da saúde e de repercussões para a sua vida familiar” (TAVARES, 2008, p. 58).

Vê-se que os determinantes do processo saúde-doença que afetam esses trabalhadores, manifestadas em maior escala na relação entre trabalhadores e internos podem estar relacionados diretamente com os mecanismos de gestão adotados pela instituição que pensa a organização do trabalho de maneira isolada, desconsiderando a voz de quem realiza a atividade e tem muito a contribuir na melhoria dos procedimentos. A sobrecarga de trabalho, em especial quando se trata de uma atividade com alta demanda psicoafetiva, e prejudicial a saúde reverberando negativamente no resultado esperado pela instituição.

Sobre as facilidades no desempenho do trabalho, os entrevistados disseram se sentir bem quando conseguem solucionar algum problema como ver os meninos “recuperados”. Acreditar na proposta institucional foi considerado importante para eles, assim como o suporte da instituição quando solicitado.

Morar longe do centro foi apontado pelos trabalhadores como um dos fatores de estresse no trabalho, pois além de muito tempo de trajeto, alguns ficam dias sem voltar para sua residência e todo o custo é pago por eles. Alguns trabalhadores realizam de duas a três horas de viagem para chegar no centro. Em alguns casos eles alugam coletivamente vans que passam em algumas cidades para leva-los e trazê-los diariamente. O custo mensal por trabalhador para esse tipo de transporte é de R\$500,00.

A jornada por turnos (para os servidores que trabalham dois dias seguidos por 12 horas e folgam dois dias seguidos) também demanda despesa e desgaste emocional dos trabalhadores que acabam alugando quartos para pernoitar por conta da distância entre residência e trabalho. Esse caso se aplica, no geral, nos casos dos agentes de apoio socioeducativo e equipe de enfermagem. Para esses trabalhadores:

“Os 2 dias de folga não são suficientes para repor este desgaste, pois ao se depararem com a idéia de que terão que voltar ao trabalho, os monitores relatam que não conseguem mais descansar, voltando a se preocupar com seu retorno ao trabalho, o que difi culta seu descanso, principalmente no último dia de folga” (TAVARES, 2008, p.68).

Para a concessão de transferência para algum centro próximo a residência existe um trâmite que em alguns casos demoram anos, de acordo com os entrevistados. Quando um trabalhador passa no concurso da instituição, pode ser alocada em qualquer centro do Estado de São Paulo. É difícil conseguir transferência. Existem critérios objetivos para a transferência, como a disponibilidade de vaga para o centro desejado. Ainda assim, segundo relatos, tem questões pessoais que influenciam, como o absenteísmo, e bom relacionamento com a chefia.

As situações de violência entre internos e trabalhadores ocorrem dentro e fora da instituição. O cotidiano dos adolescentes é preenchido por atividades educacionais e práticas de higiene desde que acordam até a hora que vão dormir, sempre acompanhadas pelos agentes de apoio socioeducativo. Nas atividades externas (acompanhar o interno em algum serviço de saúde, velório, visita a entes presos), os trabalhadores temem serem “alvos de perseguições por meninos, quando retornam para casa ou mesmo em situações de lazer, implicando mudanças de hábitos que muitas vezes afetam sua saúde (TAVARES, 2008, p.58).

De acordo com determinações do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (2012) em consonância com o ECA (1990) e Regimento Interno da Fundação Casa – SP (2010), esses profissionais (agentes de apoio socioeducativo) passaram a auxiliar os adolescentes no desenvolvimento das atividades socioeducativas integrando a equipe de referência, composta por outros profissionais, visando acompanhar a trajetória dos adolescentes na busca de vínculos positivos que auxiliem na sua reintegração social. Entretanto, esses profissionais não deixaram de exercer a tarefa de revista.

A reformulação da atividade, com o intuito de estreitar os laços entre trabalhadores e internos não ressignificou a postura disciplinar atribuída a esses profissionais, culturalmente condicionados a agirem de forma policialesca. Estes continuam revistando os internos a cada mudança de ambiente dentro do centro, não permitindo as trocas propositivas propostas pelas diretrizes da instituição, impossibilitando novos agenciamentos entre os atores.

A revista íntima é um procedimento previsto no SINASE, e nas diretrizes de segurança da Fundação Casa e é realizada em todas as pessoas que por lá circulam. Sempre que há mudança de ambiente, tanto visitantes como internos e trabalhadores, a pessoa é revistada. Os trabalhadores e visitantes são revistados pelos trabalhadores terceirizados da portaria, que também passam pelo procedimento quando precisam circular fora de seu posto de trabalho. O procedimento para visitante e trabalhadores é pouco evasivo, quem realiza apenas apalpa superficialmente a pessoa de cima abaixo, só quando há alguma saliência quem revista pede para mostrar o objeto.

Com os adolescentes e familiares o procedimento se intensifica, ambos precisam ficar desnudos e abaixar de cócoras três vezes por conta de objetos que podem estar introduzidos nas partes íntimas. No caso dos adolescentes, seus chinelos tipo “havaianas” são torcidos e as bocas são analisadas visualmente de modo a não esconderem nenhum objeto a ser utilizado posteriormente.

Nas breves conversas com os adolescentes foi possível identificar situações com potencial de gerar conflitos. Destaque para o excesso de revistas diária, de quatro a cinco vezes, momento em que os adolescentes precisam se despir para que os agentes se certifiquem de que nada foi retirado de um local e levado para outro. Essa prática impede qualquer tipo de agenciamento positivo entre as partes, ao contrário, criando um clima de desconfiança e reforçando a posição dos adolescentes como infratores.

De acordo com os adolescentes, o diálogo entre as partes poderia atenuar os conflitos que muitas vezes é estimulado pelos próprios mecanismos de controle da instituição para lidar com os internos. Andar com as mãos entrelaçadas pra trás, não dirigir o olhar diretamente para os trabalhadores e visitas e sempre mencionar “senhor” ou “senhora” antes de qualquer solicitação são regras culturalmente herdadas que não mais garantem a ordem local, vide motins que não cessaram, mas ainda são impostas no cotidiano operando como sobrepenas sem efeito educativo algum.

As atividades socioeducativas preenchem o cotidiano, mas não se articulam para um trabalho que desperte a crítica dos internos a ponto de condicioná-los para outros caminhos quando saírem da Fundação. Todos os centros não podem destoar das diretrizes gerais da Fundação sobre segurança, ainda assim, de acordo com o perfil dos adolescentes, os diretores podem ser mais ou menos rígidos nesse

quesito. As regras (formais e informais) que regem o funcionamento do centro não eliminou medidas de contenção que atualmente disputam a todo instante espaço com procedimentos pedagógicos.

Alguns trechos das principais diretrizes que regem os centros foram selecionados no quadro abaixo para explicitar contradições encontradas nos documentos base. Os documentos analisados são ECA (1990); o Sinase (2006); as Diretrizes de Segurança e Disciplina (2010) e o Plano Político Pedagógico (elaborado anualmente por cada centro). Entrevistas realizadas com a maioria dos trabalhadores do centro também serviram como referência para os apontamentos a seguir:

Estatuto da Criança e Adolescente (ECA)- 1990	
<i>O Estatuto dispõe de diretrizes que garantem direitos para o desenvolvimento das crianças e adolescentes que englobam o acesso à educação, saúde e lazer.</i>	
Disposições	Hipóteses de contradições
Artigo 53- Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.	<i>De acordo com relatos de entrevistas, com o passar do tempo a família deixou de participar do processo pedagógico.</i>
Art. 108. A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.	<i>O jovem pode ficar recluso antes mesmo da sentença.</i>
Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE) (Iniciativa de grupos ligados a questão. As discussões começaram em 2002. A Lei foi instituída em 2012)	
Entende-se por Sinase o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei.	
<p>Art. 52. O cumprimento das medidas socioeducativas, em regime de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação, dependerá de Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente.</p> <p>Parágrafo único. O PIA deverá contemplar a participação dos pais ou responsáveis, os quais têm o dever de contribuir com o processo ressocializador do adolescente, sendo esses passíveis de responsabilização administrativa, nos termos do art. 249 da Lei nº 8.069, de 13 de</p>	<i>Instrumento importante para o cumprimento da medida. O distanciamento da família relatado em entrevista pode impactar no Planejamento. Nem todos os trabalhadores participam e/ou se posicionam em relação ao jovem que tem como referência.</i>

<p>julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), civil e criminal.</p> <p>Art. 53. O PIA será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento, com a participação efetiva do adolescente e de sua família, representada por seus pais ou responsável.</p>	
<p align="center">Manual Segurança e disciplina – Procedimentos de Segurança do agente de apoio socioeducativo – 2010</p> <p align="center">Trechos que tratam exclusivamente do papel do agente de apoio socioeducativo na medida</p>	
<p>A Superintendência de Segurança e Disciplina (Supsed) foi criada em 2006 para definir os procedimentos técnicos de controle de segurança em todas as dependências da Fundação e agir nas situações emergenciais que atentem contra os objetivos da Fundação Casa.</p>	
<p>São profissionais responsáveis pelo trabalho de contenção e ações preventivas para evitar fugas, movimentos de indisciplinas e situações limite, além de acompanhar e auxiliar no desenvolvimento das atividades educativas, observando e intervindo, quando necessário, a fim de garantir a integridade física e mental dos adolescentes e dos demais servidores.</p>	<p><i>O manual que prescreve a ação dos agentes de apoio socioeducativo tem o nome de “Manual de Segurança e disciplina”. As atribuições socioeducativas são incluídas em segundo plano.</i></p>
<p>Permanecer, quando no posto de acompanhamento, durante os atendimentos, mantendo distância necessária para garantir a individualidade do atendimento e de prontidão para ações interventivas, caso ocorram.</p>	<p><i>O manual parte da ideia de que a qualquer momento o interno pode agir contra alguém no centro. Nem nos atendimentos os momentos de privacidade são respeitados.</i></p>
<p>Acolhimento: após conferencia e estando em ordem, encaminhar o adolescente para o local de revista e revista-lo minuciosamente, acompanhado de mais um servidor ou vigilante.</p>	<p><i>Esse procedimento é realizado na chegada do interno. Desde o primeiro momento no centro ele é minuciosamente revistado. Tal procedimento não favorece a disposição a seguir que faz parte do mesmo caderno:</i></p> <p>“Praticar diálogos salutares, criando vínculo com os adolescentes norteados por princípios éticos, podendo assim, conhecer suas expectativas e dificuldades encontradas no cumprimento de sua medida socioeducativa”</p>
<p align="center">Procedimento do profissional em relação ao adolescente:</p>	
<p>Estabelecer diálogo com os adolescentes, norteados por princípios éticos, conhecendo, assim, suas expectativas e dificuldades encontradas no cumprimento de sua medida socioeducativa, para agir de maneira preventiva ao menor indício de mudança comportamental.</p>	<p><i>Ao mesmo tempo que o manual estimula o vínculo entre agente e jovem, indica também medidas preventivas. Como criar vínculo de confiança?</i></p>
	<p><i>O poder concedido aos agentes de apoio socioeducativos é reforçado em todos</i></p>

Acompanhar o banho dos adolescentes, estabelecendo o limite de tempo necessário, enquanto visualiza fisicamente os adolescentes;	<i>os momentos de convivência com os internos. Outro momento em que o corpo do adolescente é rigidamente controlado é na hora do banho. Os agentes são orientados a acompanhar o banho dos adolescentes não só para auxiliá-los caso precisem de algo, mas também controlando o tempo necessário (cinco minutos) podendo desligar o chuveiro do lado externo, assim como observar por uma abertura na porta dianteira de cada dormitório.</i>
Buscando alguns significados temos:	
O significado para a palavra socioeducador não foi encontrado, mas pode-se afirmar que significa educar com a sociedade para a sociedade; educar para a vida.	<i>Qual o significado de socioeducador para os trabalhadores?</i>
Praticar diálogos salutaros, criando vínculo com os adolescentes norteados por princípios éticos, podendo assim, conhecer suas expectativas e dificuldades encontradas no cumprimento de sua medida socioeducativa e no alcance das metas, para agir de maneira preventiva ao menor indício de mudança comportamental;	<i>Há pouca possibilidade de criar vínculo com tantas revistas. Ato que reforça a todo momento relação de desconfiança.</i>
<p align="center">Plano político pedagógico 2016</p> <p align="center">Todo centro elabora um plano a cada ano. Baseado nas diretrizes da Fundação e demais disposições legais, além de um tema indicado pela instituição. Cada diretor organiza o processo, e a ideia é de que os trabalhadores participem da elaboração pensando o perfil do centro.</p>	
A internação não deve primar pelo caráter punitivo (...) essa possui a intenção de proteger, socializar, educar e orientar o projeto de vida do adolescente;	<i>A avaliação dos jovens é baseada em relatórios que descrevem seu comportamento no cumprimento da medida. Qualquer falha é inclusa no documento gerando tensão nos momentos de faltas cometidas pelos adolescentes.</i>
(...) buscaremos o resgate das potencialidades de cada jovem;	<i>Os jovens não têm possibilidades de escolher os cursos ofertados. São obrigados a frequentar as atividades a partir de critérios definidos pela instituição.</i>
Pautado na filosofia humanista, na valorização do indivíduo e no investimento em práticas pedagógicas que desenvolvam a capacidade crítica e não apenas a apreensão de conhecimentos formais; acreditamos que o ato infracional é resultado de um processo socialmente construído e não um problema ontológico, por isso, entendemos que através do olhar integral sobre a pessoa e da possibilidade de abordá-la na multiplicidade de suas dimensões pode resultar em mudança de valores e ressignificação de condutas;	<i>A visão humanista sobre o ato infracional ser um processo socialmente construído não é consenso entre os trabalhadores. A instituição não trabalha a ideia cotidianamente.</i>

Vê-se que as regras ao mesmo tempo que buscam novas possibilidades de agenciamento entre as partes não deixam de trazer aspectos contentivos que retardam a prática da proposta socioeducativa. Problematicar as regras existentes com os trabalhadores e adolescentes pode trazer à tona novas possibilidades que atenuem episódios de violência impulsionados por procedimentos que servem mais para tensionar o ambiente do que para propiciar vínculos positivos.

Os instrumentos para o trato com os adolescentes no cotidiano têm a finalidade prescrita de reintegrá-los à sociedade. Todas as atividades ofertadas, assim como a estrutura física são instrumentos capazes ou não de atingir o resultado esperado pela instituição.

Com a descentralização do atendimento na passagem da FEBEM para Fundação CASA, foram construídos centros de atendimento em todo o Estado com o mesmo modelo arquitetônico denominado T-40. O modelo arquitetônico não permite contato com o lado externo. Pouco se vê de dentro, pois a estrutura conta com muros altos e muitas grades em seu interior, em especial onde ficam os internos, que comentaram ouvir muitas vezes dos transeuntes adjetivos pejorativos: “bandidos”, “ladrão”, que refletem a pouca empatia da comunidade para com os internos.

Os relatórios de acompanhamento são peça chave para a concessão da liberdade do interno. No caso dos adolescentes, o que determina o tempo de sua estada são os relatórios e atendimentos do grupo de referência. Cada adolescente tem um prontuário onde são registradas todas suas características físicas e comportamentais. Os prontuários são alimentados pelos profissionais, e cabe a cada setor (pedagógico, saúde, segurança e psicossocial) inserir informações sobre o comportamento do interno para de tempos em tempos encaminhar para o Poder Judiciário avaliar sobre a liberdade ou permanência no centro.

Alguns internos tem a possibilidade de sair do quadrado de convivência para ajudar nas tarefas de organização do centro. Essa atividade é chamada de *empenho*. Foi possível acompanhar *empenho* nos serviços de limpeza, jardinagem e na lavanderia. Para realizar o *empenho* é preciso se enquadrar em alguns requisitos. Além de bom comportamento, a direção opta por selecionar adolescentes que estão internados há muito tempo. Como se fosse uma espécie de bonificação, voto de confiança. Durante as refeições, dois garotos são responsáveis por arrumar o

refeitório antes dos pares chegarem para almoçar. Nesse caso, são escolhidos dois adolescentes por quarto. Cada dia um quarto é responsável pela tarefa no almoço e jantar. Em todas as atividades no *empenho*, os adolescentes são sempre acompanhados por um agente de apoio socioeducativo.

Os instrumentos socioeducativos são diversificados. De manhã até a hora de dormir (por volta das 21 horas), cada interno cumpre uma agenda com a finalidade de mantê-los ocupados. Os cursos mais desejados (arte e cultura e culinária) se limitam a serem ofertados apenas no espaço de confinamento, impossibilitando que o interno se identifique em alguma profissão quando estiver fora da unidade. A cartela de cursos oferecida pelos parceiros não foi pensada para esse público que não vê sentido em alguns cursos incapazes de mudar a realidade dos internos por terem um fim em si mesmos, não sendo integrados às necessidades do objeto (BIERRENBACH, 1987).

A comunidade participando do processo significa apoio para o adolescente, para despertar senso crítico para um retorno diferente a sociedade. O conselho gestor é um espaço de construção coletiva que poderia potencializar as ações internas. Composto por representantes dos trabalhadores, internos e comunidade, o conselho tem o papel de articular serviços e possibilidades que auxiliem o interno dentro e fora do centro. Em fase de implantação no centro pesquisado, o conselho gestor será uma ferramenta importante para a reintegração do adolescente em outro contexto.

Ao longo da história, o poder judiciário passou a tratar a questão do adolescente em conflito com a lei de maneira menos fatalista, ainda assim, o encarceramento não é a última opção de penalidade, como indica à legislação, mascarando o real problema que poderia ser amenizado com a disseminação de políticas públicas atentas a integração da criança e adolescente desde seus primeiros anos de vida.

O consumo ou a comercialização de drogas muitas vezes determinada a chegada dos adolescentes nesses espaços. A política de drogas vigente no país pode ser considerada uma das maiores responsáveis pelo encarceramento juvenil. Cerca de 60% dos adolescentes na Fundação Casa estão enquadrados no artigo 33º da Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas que prevê reclusão de quem porta, consome, planta ou comercializa substâncias ilícitas (NUPRIE, 2018, BRASIL, 2006). Uma política preventiva de Saúde Pública para tratar de casos de

dependência química, que muitas vezes leva os adolescentes a comercializarem a substância para manutenção do vício, poderia atenuar o problema. Assim como, uma política de inserção dos jovens que garantisse seu acesso ao mercado de trabalho. Vê-se que o confinamento é uma opção que poderia ser tratada por outras esferas do Estado.

O tratamento ofertado aos adolescentes pós internação também foi mencionado pelos entrevistados como sendo um entrave: *“O problema da fundação está no pós fundação. Não adianta ficar um tempo e depois voltar para casa”*(F.T). A articulação de políticas públicas é de extrema importância no processo de reintegração, de acordo com relatos. Envolver atores públicos que lidam com a problemática, a sociedade que muitas vezes reproduz o pensamento hegemônico sobre a criminalidade, torna-se fundamental para condicionar o adolescente para outra realidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de a violência ser um fenômeno social muito antigo, os sujeitos não podem aceitá-la como parte inevitável da condição humana, ao contrario, precisamos investir em dispositivos que detectem seus determinantes que subsidiem planos que previna situações geradoras de violência (MINAYO, 98).

No histórico brasileiro, a violência foi um recurso sistematicamente exercido pelas classes dominantes para manutenção da organização social desde a formação do Estado (ADORNO, 2017; MINAYO, 2008; ZALUAR, 2005). Nas instituições totais brasileiras para adolescentes em conflito com a lei, a relação entre sujeito e objeto é atravessada por diversas formas de violência, apesar de, em certos momentos, a ênfase do discurso focar na correção de comportamentos, e noutros, na educação para a reintegração social (PASSETTI, 2004).

A passagem da FEBEM para Fundação Casa é marcada por conflitos, no qual suas causas são herdadas do período dos reformatórios, carregado por um passado de omissão. A má repercussão das práticas, nacional e internacionalmente, condicionou tentativas de mudanças institucionais desenvolvendo o SA até certo ponto, mas com a manutenção de instrumentos institucionais que não acompanharam a mudança do objeto que demanda oportunidades para além da ilegalidade (BIERRENBACH, 1987; SADER, 1987)

O adolescente aprisionado é percebido pelos trabalhadores de diferentes formas. Desconectada. De um lado, trabalhadores da segurança são condicionados a tratar o adolescente sempre com desconfiança, contento qualquer tipo de comportamento “suspeito”. De outro, a equipe interdisciplinar na tentativa de praticar diretrizes socioeducativas também não consegue aplicar integralmente as ações que divergem das regras de contenção. Fruto de um objeto em disputa, os dois Sistemas de Atividade convivem no mesmo tempo e espaço, em oposição um ao outro atrapalhando o alcance dos resultados esperados pela instituição.

O *modus operandi* da gestão lidar com os trabalhadores não favorece as ações. A falta de meios para realização da atividade tensiona ainda mais o ambiente motivando conflitos internos e o adoecimento dos trabalhadores.

Na Fundação Casa, vê-se que em todos os elementos do SA velhas práticas se chocam com o novo modelo proposto, colocando os profissionais em situação de impasse na execução de suas atividades. Ao mesmo tempo em que trabalhadores e internos se queixam da violência, ambiente repressor e poucas brechas para diálogo, podemos dizer que ambos estão aprisionados “submetidos às mesmas regras, posicionados em lados opostos, sentindo possivelmente muitos medos” (TAVARES, 2008 p.41).

Superar a contradição dialética institucional (socioeducação x contenção) tem-se colocado como empecilho a execução dos novos propósitos desta política pública de tornar o adolescente protagonista de seu destino, tarefa social relevante e urgente. Um processo participativo construído com e para os trabalhadores tem o potencial de aflorar ou resgatar propostas de mudanças estruturais para a consolidação de novas relações internas, unificando o sistema de atividade, pode propiciar agenciamentos positivos entre sujeito e objeto.

A abordagem da Saúde Pública para qualquer problema pode ser interdisciplinar e com bases científicas. Ela se fundamenta no conhecimento de diversas disciplinas, incluindo medicina, epidemiologia, sociologia, psicologia, criminologia, educação e economia. Sua atuação mais eficaz concentra-se, hoje, na realização de estudos-diagnósticos sobre situações específicas e no estabelecimento da vigilância e do monitoramento de mudanças de processos e ambientes, articulando sanitaristas, trabalhadores, empresários e autoridades públicas. O LM tem o potencial de articular esses profissionais para auxiliar no

processo de promoção de saúde na instituição, por ser um método que promove espaço de diálogo entre as partes que geralmente não conversam.

Trata-se de um espaço a ser construído com e pelos atores e comunidade envolvida, mediado por pesquisadores, usando os princípios da multivocalidade, historicidade, de visão sistêmica e dialética que os auxiliem a ver o problema a partir de suas relações e interações e não a partir de seus fragmentos. Identificar as origens sistêmicas e históricas em que os atores passem a ter voz e expondo os pontos de conflitos a serem superados, bem como, o conhecimento de experiências bem sucedidas que se perderam no tempo e que podem novamente serem experimentadas, enriquecidas e posteriormente consolidadas em práticas estáveis, parece ser um caminho possível de transformação dessa atividade.

A experimentação de um novo modelo tem como premissa tornar o trabalho mais significativo, melhorando sua efetividade e condições de saúde e segurança para os trabalhadores e adolescentes, fundamentando-se na possibilidade de produzir, ao mesmo tempo, conhecimento e mudanças. (DIUANA, 2008; VIRKKUNEN; NEWNHAM, 2015).

7. REFERÊNCIAS

ADORNO, S. **A violência no Brasil**. Entrevista: Nexo jornal, 2017. <https://www.youtube.com/watch?v=Gj2odAHhPA4>. Acesso em 15/08/2017:

ALMEIDA, B. G. M. **A experiência da internação entre adolescentes: práticas punitivas e rotinas institucionais**. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

ALVAREZ, M. C. **A emergência do código de menores de 1927: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores**. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1989.

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011. 168p.

AMADO, J. **Capitães da areia**. 3º ed, São Paulo: Companhia das letras, 2008.

ANTUNES, R. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 160p.

BIERRENBACH, M. I. Instituição fechada e violência: uma visão de dentro. In: **Fogo no pavilhão**. Brasília: Editora Brasiliense, 1987. p. 37 – 128.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da criança e do adolescente. Câmara dos Deputados, **Coordenação de Publicações**, 2001. 92 p.

BRASIL. Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964. Fundação Nacional do Bem estar do Menor. **Disponível em**: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4513-1-dezembro-1964-377645-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso: 18/11/2017.

BRASIL. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Código de menores. **Disponível em**: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm. Acesso 14/05/2017

BRASIL. Lei nº12.594, de 18 de janeiro de 2012. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. **Disponível em**: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato 2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acesso: 21/06/2017.

BRASIL. Lei nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Código de Menores. **Disponível em**: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm. Acesso: 22/04/2017.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Levantamento anual Sinase 2014**. Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos, 2017. Disponível em: [:http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6697-10-outubro-1979-365840-publicacaooriginal-1-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6697-10-outubro-1979-365840-publicacaooriginal-1-pl.html). Acesso em 20/12/2017.

BRASIL. LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006. Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. **Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso: 17/04/2018.

CARDOSO, M. C. A. Organização e intensificação do tempo de trabalho. **Sociedade e Estado**. Brasília, v.28, p. 351 – 374, 2013.

_____. O trabalho como determinante do processo saúde-doença.. **Tempo soc. [online]**, v.27, n.1, pp.73-93, 2015.

CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos**: Caso das crianças e adolescentes privados de liberdade no “Complexo do Tatuapé” da FEBEM. San Jose, Costa Rica, 2005. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/febem_se_01_portugues.pdf. Acesso em: 09 mar. 2017.

DANIELLOU F. A análise do trabalho: critérios de saúde, critérios de eficácia econômica. In: CASTILLO, J. J.; VILLENA, J. (Org.). **Ergonomia: conceitos e métodos**. Lisboa: Dinalivro, 2005. p. 233-245.

DEJOURS, C. Por um novo conceito de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. São Paulo, n. 54, v. 14, Abr./maio/jun. 1986.

DIEESE. **Anuário da saúde do trabalhador**. São Paulo, 2016.

DIUANA, Vilma et al. Saúde em prisões: representações e práticas dos agentes de segurança penitenciária no Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública** [online], vl.24, n.8, p. 1887-1896, 2008.

ENGESTROM, Y. **Learning by expanding: An activity-theoretical approach to developmental research**. Helsinki: Orienta-Konsultit; 1987.

_____. **Aprendizagem expansiva**. Campinas, SP: Pontes editores, 2016.

ENGESTROM, Y.; SANNINO, A. Studies of expansive learning: Foundations, findings and future challenges. **Educational Research Review**, p. 1-24, 2010..

_____. Co-generation of societally impactful knowledge in Change Laboratories. **Management Learning**, v. 48, n.1, p. 80–96, 2017.

FARIAS, P. S; NARCISO, L. J. **Cadeia de chocolate: os funcionários da FEBEM falam**. São Paulo: Arte & ciência, 2005.

FOUCAULT, M. Sobre a prisão. In: **Microfísica do poder**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992, p. 129-165.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 36ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Em defesa da sociedade**. 2. Ed. São Paulo: Martins fontes, 2010.

_____. **Sociedade Punitiva**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

FRANCO, E. M. **Uma casa sem regras: representações sociais da FEBEM entre seus trabalhadores**. (Dissertação de doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2008.

GARIBALDI, B. D'AQUINO, M. **O Filho dos outros**. Web série. Coletivo Rebento, 2017

GERINO, A. M. S. **Revez-cárcere: uma política dos corpos desviantes**. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Ciências sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

GODOI, R . Vasos comunicantes, fluxos penitenciário: entre dentro e fora das prisões de São Paulo. **Vivencia (UFRN)** , v. 1, p. 131-142, 2015.

_____. **Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos**. 1ªed, São Paulo: Boitempo, 2017.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

GUÉRIN, F. et al. **Compreender o trabalho para transforma-lo**. 1. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2001. 200p.

LIMA, C. N. **O fim da era FEBEM: novas perspectivas para o atendimento socioeducativo no Estado de São Paulo**. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2010.

LIMA, J. V. **Entre o recuperável e o estruturado: classificações dos funcionários de medida socioeducativa de internação acerca do adolescente em conflito com a Lei**. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.

LIMA, R. C. P. Mudanças das práticas sócio-educativas na FEBEM-SP: as representações sociais de funcionários. **Psicologia & Sociedade**; v. 18, n. 1: 56-62; jan/abr. 2006.

LOPES, Rosalice. Psicologia jurídica, o cotidiano da violência: o trabalho do agente de segurança penitenciária nas instituições prisionais. In: **Psicologia para América Latina**, n.0, p. 1-8, 2005.

LOPES, J. S. **A escola na FEBEM – SP: em busca do significado**. (Dissertação de mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2006.

MAENO, M.; e PARARELLI, R. O trabalho como ele é e a saúde mental do trabalhador. In: SILVEIRA, M. A. **Inovação para o desenvolvimento de organizações sustentáveis: trabalho, fatores psicossociais e ambiente saudável**. Campinas, São Paulo: Centro de Tecnologia da Informação, p. 145-166, 2013.

MARQUES, Adalton. **“Proceder”: “o certo pelo certo” no mundo prisional**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Sociologia e Política) Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2006.

METZGER, J. L; MAUGERI, S ;BENEDETTO-MEYER, M. Predomínio da gestão e violência simbólica. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 37, n. 126, p. 225-242, 2012.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, p. 9-29, 1994.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8ªed. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

MISSE, M. Violência e teoria social. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. 2016; 9 (1): 45-63.

MOREIRA, F. M. **Cadeias dominadas: dinâmicas de uma instituição em trajetórias de jovens internos**. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

NEGRETTI, N. **Madá e Lena entrecruzadas, dois dramas em trama: entre percursos numa tragédia social e uma constituição possível**. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Ciências sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paul, 2015.

NETO, S. B. **Direitos Humanos**. 3 ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

NUPRIE. **Boletim estatístico semanal**: Posição 02/02/2018. São Paulo, 2018.

Organização Mundial da Saúde. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS, 2002.

PASSETTI, E. Sociedade de controle e abolição da punição. São Paulo: **Perspec**. v.13, n3, 1999.

_____. Crianças carentes e políticas públicas. Criança e criminalidade no início do século. In: **História das crianças no Brasil**. Priore, D. Maria (org). 4.ed. São Paulo: Contexto, p. 347 – 375, 2004.

PIXOTE, A LEI DO MAIS FRACO. Direção: Hector Babenco. São Paulo: HB filmes, 1980, 127 minutos, som, color.

PLANO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **CASA Campinas**. Campinas: 2016.

QUEROL, M. A. P; FILHO, J. M. J; CASSANDRE, M. P. **Change Laboratory: Uma proposta Metodológica para pesquisa e desenvolvimento da aprendizagem organizacional**. Rio de Janeiro: Administração: Ensino e Pesquisa. v. 12 • n. 4 • p. 609-640 • Out/Nov/Dez 2011.

QUEROL, M.A.P.; CASSANDRE, M.P. Teoria da Atividade: contribuições conceituais e metodológicas para o estudo da aprendizagem organizacional. **Gest. Prod.** v. 21, n.2, p. 405-416, 2014.

SADER, E. Democracia é coisa de gente grande?. In: **Fogo no pavilhão**. Brasília: Editora Brasiliense, p. 9-36, 1987.

SANTOS, C. A. M. Criança e criminalidade no início do século. In: **História das crianças no Brasil**. Priore, D. Maria (org). 4.ed. São Paulo: Contexto, p. 210 – 230, 2004.

SÃO PAULO. Diário oficial poder executivo - Seção II - São Paulo, 13 de junho de 2013. Em defesa da saúde do trabalhador. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/Certificacao/Certificador.aspx?caderno=Executivo%20II&link=/2013/executivo%20secao%20ii/junho/13/pagnot_0004_D4M5IM5FP4925eB2Q54RH9MRHN0.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2016.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e desgaste mental**: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo, Cortez, 2011. 624 p.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA E DISCIPLINA. **Conceitos, diretrizes e Procedimentos**. São Paulo, 2010.

TAKAHASHI et al,. Gestão violenta e patologia organizacional: reflexões para uma intervenção articulada entre academia, serviços e movimento sindical. **Revista Ciências do Trabalho**, v.4, p. 27-47, 2015.

TAVARES, E. P.N, et al. **O trabalho dos monitores na Febem**. São Paulo: FUNDACENTRO, 2008. 84 p.

TEIXEIRA, J. S.. A situação do encarceramento de jovens autores de ato infracionais em São Paulo. In: **Políticas de segurança pública no estado de São Paulo**: situações e perspectivas a partir das pesquisas do Observatório de Segurança Pública da UNESP [online]. São Paulo: Editora UNESP; 2009. 219 p.

VILELA. G. A. R et al. Da vigilância para prevenção de acidentes de trabalho:

contribuição da ergonomia da atividade. **Ciência & Saúde Coletiva**, n.17, v. 10, p. 2817-2830, 2012.

_____. **A expansão do objeto da vigilância em acidente do trabalho: história e desafios de um centro de referência em busca da prevenção.** Revista: Ciência & Saúde Coletiva, 2016.

_____. Poder de agir e sofrimento: estudo de caso sobre agentes comunitários de saúde. **Revista Brasileira de Saude Ocupacional**, v. 35, n.122, p.:289-302, 2010.

VINCENTIN, M. C.G. **A vida em rebelião: jovens em conflito com a Lei.** São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.

VIRKKUNEN, J et al,. **O Laboratório de Mudança como ferramenta para transformação colaborativa de atividades de trabalho:** uma entrevista com Jaakko Virkkunen. *Saúde e Sociedade (USP. Impresso)* , v. 23, p. 336-344, 2014.:
[_http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902014000100336&script=sci_arttext&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902014000100336&script=sci_arttext&tlng=en)

VIRKKUNEN, J; NEWNHAM, D. S. **O laboratório de mudança:** uma ferramenta de desenvolvimento colaborativo para o trabalho e a educação. Belo Horizonte, Fabrefactum, 2015. 424 p.

ZALUAR, A. **Da revolta ao crime S/A.** 2º ed. São Paulo: Moderna, 1996.

8. ANEXO I: ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADO

- Trajetória profissional do entrevistado;
- Sua opinião sobre o propósito da atividade de trabalho;
- Sobre o que pensam quanto à eficácia da atividade para a reintegração de adolescentes em conflito com a lei;
- Mudanças na atividade que já ocorreram e que estão em curso;
- Facilidades e dificuldades experienciadas no trabalho cotidiano;
- Os incidentes críticos que refletem os problemas e riscos na atividade;
- A composição da comunidade interligada à atividade;
- Regras oficiais e extraoficiais importantes que regulam a interação dos trabalhadores com os internos;
- As ideias dos trabalhadores quanto ao futuro da atividade e possibilidades de seu desenvolvimento.

CURRICULO LATTES – RODOLFO ANDRADE DE GOUVEIA VILELA (ORIENTADOR)

Rodolfo Andrade de Gouveia Vilela

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6199225097962656>

Última atualização do currículo em 11/04/2016

Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade de São Paulo (1977), especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho pela FAAP/SP, Especialista em Ergonomia pela UNIMEP convênio com a UFMG (2006); mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas (1998) e doutor em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas (2002). Foi Coordenador do CEREST Piracicaba por 7 anos. Professor Livre Docente em Regime de Dedicação Integral à Docência e Pesquisa (RDIDP); Pós Doutorado concluído em 2013 na Helsinki University, Center for Research on Activity Development and Learning - CRADLE supervisor: Prof. Yrjö Engeström: title of Pós Doctoral Stage: Formative Intervention to analyse and prevention work accident. É orientador de Pós Graduação e supervisor de Pós Doutorado junto à Faculdade de Saúde Pública da USP/ SP capital - Departamento de Saúde Ambiental. Atua na área de Ergonomia, Segurança e Saúde do Trabalhador. Tem experiência em pesquisa, ensino e políticas públicas na área de saúde do trabalhador, análise e prevenção de acidentes, outros riscos relacionados ao trabalho e riscos tecnológicos. Foi pesquisador com bolsa de produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e extensão Inovadora CNPQ. (Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome: Rodolfo Andrade de Gouveia Vilela

Nome em citações bibliográficas: VILELA, R. A. G.; Vilela, Rodolfo Andrade Gouveia/Vilela, Rodolfo Andrade de Gouveia/VILELA, RODOLFO AGUIAR DE GOUVEIA VILELA, RODOLFO ANDRADE

Endereço

Endereço Profissional: Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública,
Dr. Arnaldo, 715 - Capital - SP
Coração Coar
01248-904 - São Paulo, SP - Brasil
Telefone: (11) 30823942
URL da Homepage: www.fsp.usp.br/

Formação acadêmica/titulação

- 1998 - 2002** Doutorado em Saúde Coletiva (Concurso CAPES 4).
Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil.
Título: Dinâmica da Vigilância e da Prevenção de Acidentes do Trabalho: A experiência do Programa de Saúde do Trabalhador de Piracicaba; Construindo Prevenção e Ociando a Impunidade, Ano de obtenção: 2002.
Orientador: Aparecida Mari Iguti.
Palavras-chave: Prevenção de acidentes; Saúde do trabalhador; Investigação; Responsabilidade Civil; RELAÇÕES DE TRABALHO; SEGURANÇA DO TRABALHO.
Grande Área: Ciências da Saúde
Grande Área: Engenharias / Área: Engenharia de Produção.
Grande Área: Engenharias / Área: Engenharia de Produção / Subárea: Engenharia de Segurança do Trabalho.
Setores de atividade: Políticas, Planejamento e Gestão em Saúde; Serviços Coletivos Prestados Pela Administração Pública Na Esfera da Seguridade Social; Atividades de Assessoria e Consultoria Às Empresas.
- 1998 - 1998** Mestrado em Saúde Coletiva (Concurso CAPES 4).
Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil.
Título: Negociação coletiva e participação na prevenção de acidentes do trabalho: estudo de intervenção coletiva de segurança em máquinas injetoras de plásticos do Estado de São Paulo, Ano de Obtenção: 1998.
Orientador: APARECIDA MARI IGUTI.
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.
Palavras-chave: SEGURANÇA DO TRABALHO; RELAÇÕES DE TRABALHO; Prevenção de acidentes; MÁQUINAS; LEGISLAÇÃO.
Grande Área: Ciências da Saúde
Grande Área: Engenharias / Área: Engenharia de Produção / Subárea: Engenharia de Segurança do Trabalho.
Grande Área: Ciências da Saúde / Área: Saúde Coletiva / Subárea: SAÚDE DO TRABALHADOR.
Setores de atividade: Fabricação de Produtos de Borracha e Plásticos; Fabricação de Máquinas e Equipamentos, Inclusive Máquinas-Formadoras; Políticas, Planejamento e Gestão em Saúde.

CURRICULO LATTES - LUCIANA PENA MORGADO

Luciana Pena Morgado

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5589420199151029>

Última atualização do currículo em 26/02/2018

Bolsista Capes a nível de mestrado na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, linha de pesquisa: Organização dos processos produtivos e saúde do trabalhador. Graduação em Sociologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (2011), com ênfase em Sociologia do Trabalho. Pesquisadora na área de Saúde do Trabalhador no Departamento Intersindical de Estatísticas em Estudos Sócio-econômicos - DIEESE no período de 2009 a 2016. (Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome: Luciana Pena Morgado

Nome em citações bibliográficas: MORGADO, L. P., Morgado, Luciana Pena

Endereço

Formação acadêmica/titulação

- 2016** Mestrado em andamento em Linha de Pesquisa: Organização dos processos produtivos e saúde do trabalho. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, FSP, Brasil.
Título: De olho na relação saudável, sem violência, entre agentes de apoio socioeducativo e internos da Fundação Casa de Campinas, Orientador: Rodolfo Andrade de Gouveia Vilela.
Palavras-chave: Saúde do Trabalhador.
Grande área: Ciências da Saúde
Grande Área: Ciências da Saúde / Área: Saúde Coletiva / Subárea: Saúde do Trabalhador.
- 2007 - 2011** Graduação em Sociologia. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, FESPSP, Brasil.
Título: A importância das instâncias tripartites na defesa dos direitos dos trabalhadores: o caso do CPR/SP. Orientador: Carla Regina Diegues.

Formação Complementar

- 2015 - 2015** Extensão universitária em Curso de Difusão: ação de representantes de trab. (Carga horária: 24h). Escola de Ciências do Trabalho do DIEESE, ECT, Brasil.
- 2015 - 2015** Extensão universitária em Ergonomia da Atividade: Conceitos e Métodos para a. (Carga horária: 60h). Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, FSP, Brasil.
- 2015 - 2015** Saúde Mental do Trabalho, Reconhecimento do Campo... (Carga horária: 60h). Instituto Sedes Sapientiae, SEDES, Brasil.